

ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA

ANAI S

III SÉRIE

VOLUME 2



LISBOA  MMXI

Ficha técnica:

Título

Anais, III Série, Volume 2

Coordenação geral

Prof.^a Doutora Maria de Fátima Reis

Arranjo gráfico

Paula Mendonça

Processamento de texto

Alexandre Amaral

Isabel Paixão

Paula Mendonça

Execução gráfica

Tipografia Abreu, Sousa & Braga, Lda.

Braga

Tiragem

500 Exemplares

© Academia Portuguesa da História

Depósito legal

77874/94

ISBN

978-972-624-185-0

O PROFESSOR MENDES CORRÊA
E A ARQUEOLOGIA PORTUGUESA

COMUNICAÇÃO APRESENTADA EM SESSÃO ORDINÁRIA
DE 26 DE JANEIRO DE 2000

PELO

Académico Correspondente *

JOÃO LUÍS CARDOSO

* Entretanto ascendeu a Académico de Número.



Cumpra às Academias – e, em especial a esta – cultivar a memória colectiva da Nação e manter viva a memória daqueles que, pelos seus trabalhos, dedicação, probidade, sirvam de exemplo e de guia para os que, no presente, procuram seguir a mesma via, a única que é, aliás, susceptível de, a prazo, se poder considerar profícua e válida. Por isso, é elementar acto de justiça que a sua memória se festeje, sempre que a oportunidade o justifique e até imponha. É o caso da figura prestigiada do Professor Mendes Corrêa, que pertenceu a esta Academia, falecido há precisamente quarenta anos, em Janeiro de 1960. Para esta evocação, que considero um dever, foi desenvolvido um estudo que, sobre a figura deste ilustre Professor publiquei em colectânea sobre a *História da Arqueologia Portuguesa no século XX* – pois apenas a obra arqueológica do nosso homenageado será por ora objecto de análise (Cardoso, 1999).

Este estudo é dedicado, como já havia sido aquele, ao nosso 1.º Vice-Presidente, Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida, pelo apoio e sugestões objectivas que muito o valorizaram e pelo estímulo precioso, discreto mas efectivo, que tem constituído o interesse desde sempre por si dispensado aos trabalhos e investigações do signatário no domínio das investigações histórico-arqueológicas.

1. Introdução

O Prof. Doutor António Augusto Esteves Mendes Corrêa, de seu nome completo, nasceu no Porto, a 4 de Abril de 1888 e faleceu em Lisboa, a 7 de Janeiro de 1960. Pode dizer-se que o essencial da sua actividade científico-literária abarcou um período de cerca de 50 anos, entre os inícios da década de 1910 e o final da década de 1950. Sendo uma das personalidades mais marcantes da Universidade Portuguesa, entendia a investigação em Antropologia de uma forma alargada, estreitamente ligada quer aos estudos de Antropologia física (como no seu tempo era entendida) do Homem Fóssil, quer aos estudos sobre a sua respectiva cultura material, representada pelos testemunhos conservados; daí que o seu nome surja desde cedo relacionado com investigações arqueológicas, por si levadas a cabo ou patrocinadas, a que agregou colaboradores seus, da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto; nos últimos vinte anos da sua actividade científica apoiou, no âmbito de Centro de Estudos de Etnologia Peninsular (fundação do Instituto de Alta Cultura), instituído em 1945, investigações de múltiplos arqueólogos, tanto do ponto de vista institucional como financeiro, que encontravam no Mestre firme apoio aos estudos que pretendiam levar a cabo, desde trabalhos no terreno, até à publicação dos respectivos resultados; sempre as páginas da revista da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, a que presidiu por longos anos, se encontraram à disposição de todos, para tal efeito.

Este estudo versará sobre a trajectória científica de Mendes Corrêa, entrosada no ambiente institucional da época, passando pela breve caracterização dos principais contributos de índole arqueológica que a ele se ficaram a dever, sem esquecer o seu papel como impulsionador da investigação arqueológica nacional, desenvolvido a partir do Porto.

Antes de mais, deve salientar-se que Mendes Corrêa foi um homem francamente interventor na vida cultural e política do

seu tempo. Porém, a sua plena afirmação a este nível, foi precedida pelo reconhecimento internacional da sua obra científica, já vasta e muito diversa, aquando da sua investidura em funções de carácter administrativo ou político. Não foi um investigador olímpicamente isolado na torre de marfim da ciência que com tanto êxito cultivou e difundiu: ao contrário, o prestígio que lhe adveio do seu saber e labor, desde cedo foi carregado para benefício dos que requereram a sua ajuda, só tornada possível pelas altas posições alcançadas na hierarquia do Estado.

2. Aspectos biográficos

Os dotes de Mendes Corrêa como observador, investigador e escritor incansável cedo vieram ao de cima. Licenciado em Medicina, com a média de 19 valores, pela antiga Escola Médico-Cirúrgica do Porto, foi nomeado em 1911 Assistente de Ciências Biológicas na recém fundada Faculdade de Ciências do Porto, na qual ascendeu a Professor Catedrático, em 1921, depois de, em 1919, ter sido nomeado também Professor Ordinário de Geografia e Etnografia da, entretanto extinta, Faculdade de Letras daquela cidade. No decurso da sua vida científica, produziu mais de trezentos artigos científicos, alguns deles reunidos em livro, que lhe valeram o título de Doutor *Honoris Causa*, pelas Universidades de Lyon, de Montpellier e de Witwatersrand (Joanesburgo), demonstrativos do prestígio atingido além fronteiras. Numa época em que se observava a tendência em Portugal para um certo isolamento científico e cultural, cultivado provincianamente por alguns como prova de superioridade, a atitude de Mendes Corrêa contrasta pela diferença. Foi essa “maneira de estar” que justificou o seu interesse pela discussão científica ao mais alto nível com eminentes especialistas, mas cultivada sempre num plano de igualdade, de temas antropológicos ou arqueológicos que faziam a actualidade da época. Com todos manteve activa correspondência,

por vezes publicada em prestigiadas revistas científicas internacionais. Desta forma, não surpreende ver o seu nome ligado a numerosas agremiações estrangeiras: Academia Pontifícia de Ciências de Itália (Nuovi Lincei), Real Academia Galega, Academia de Ciências, Inscrições e Belas Artes de Toulouse, Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, Instituto Arqueológico Alemão, Sociedade dos Antiquários de Londres, Real Instituto Antropológico da Grã-Bretanha e Irlanda, Sociedades de Antropologia de Paris, Roma, Florença, Viena e Barcelona, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Sociedade Espanhola de Antropologia Etnologia e Pré-História. Foi sócio titular e membro do Conselho Directivo do Instituto Internacional Africano de Antropologia de Londres; da Comissão Permanente das Conferências Internacionais dos Africanistas Ocidentais e do Conselho Científico da África ao Sul do Saara. Em 1957, ao ser-lhe atribuído o título de sócio honorário do Real Instituto Antropológico da Grã-Bretanha e Irlanda, foi-lhe prestada importante homenagem na Sociedade de Geografia – de que foi Presidente por muito anos – a qual culminou a sua longa e notável carreira científica (Monteiro, 1959).

O envolvimento de Mendes Corrêa nas agremiações científicas portuguesas não desmereceu do interesse dispensado às suas congéneres europeias e africanas: eleito a 4 de Abril de 1918, no dia em que perfazia 30 anos (Figura 1), membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, foi elevado a académico efectivo a 16 de Junho de 1938 e, mais tarde, a Presidente da respectiva Classe de Ciências, cargo que, por falecimento, não chegou a exercer. Quando se reorganizou a Academia Portuguesa da História, foi desde logo designado como um dos seus vinte e cinco membros fundadores (22 de Dezembro de 1937), transitando directamente para académico de número, sendo-lhe atribuída a cadeira n.º 10, a 19 de Março de 1945. Em ambas as Academias, sobretudo na primeira, desenvolveu actividades de mérito; merece destaque o vibrante



Figura 1. Mendes Corrêa com 30 anos
(*Processo Individual*, Academia das Ciências de Lisboa)

elogio histórico de J. Leite de Vasconcelos, que ali proferiu, aquando das comemorações do primeiro centenário do nascimento do Mestre (Corrêa, 1958); porém, foi a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, fundada no Porto em 1918 por um grupo de Professores, nos quais se contava Mendes Corrêa, da qual foi Presidente por largos anos, que maior dedicação e empenho lhe mereceu, a ponto de, sem exagero, poder ser considerado o seu principal animador: comprova-o os inúmeros estudos publicados nos respectivos “Trabalhos”, para além das sessões e conferências que ali organizou. Outro exemplo do papel de Mendes Corrêa na ciência portuense e nacional do seu tempo foi a criação do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto o qual, ulteriormente, em preito de homenagem, viria a adoptar o seu nome, por proposta de um dos seus discípulos mais fiéis, o Prof. Doutor J. R. dos Santos Júnior, que lhe viria a suceder na cátedra de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

O crescente interesse que dedicou às questões antropológicas coloniais esteve na origem da sua nomeação, em 1946, como director da Escola Superior Colonial (Lisboa) e presidente da Junta das Missões Geográficas das Investigações Coloniais, explicando-se, do mesmo modo, a intensa actividade desenvolvida na Sociedade de Geografia de Lisboa, de que viria a ser Presidente, bem como do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, antecedente imediato do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, actualmente integrado na Universidade Técnica de Lisboa. Os estudos coloniais, de âmbito antropológico-arqueológico, tinham-no levado, já em 1935, a fundar no Porto o Museu da África do Sul Portuguesa e à organização, naquela cidade, no ano anterior, do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial. Pertenceu também à Associação dos Arqueólogos Portugueses e à Sociedade Martins Sarmiento (Guimarães), para só mencionar as duas agremiações portuguesas mais directamente relacionadas com a Arqueolo-

gia. As condecorações que possuía confirmam o perfil de cientista empenhado na sociedade do seu tempo e o prestígio da sua obra, aquém e além fronteiras: detinha a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública e o Grande-Oficialato da Ordem de Cristo; era Grande-Oficial da Ordem do Cruzeiro do Sul (Brasil); Comendador da Ordem da Coroa de Itália e da Bélgica e da Ordem de Afonso X o Sábio (de Espanha); era Oficial da Legião de Honra e da Ordem de Instrução Pública (de França), e Cavaleiro da Ordem de Afonso X (de Espanha), entre outras condecorações e medalhas.

O envolvimento na política do País conduziram-no, primeiramente, à Presidência da Câmara Municipal do Porto (1936-1942); durante o seu mandato, organizou-se o Arquivo Histórico Municipal, e o arranjo da zona envolvente da Sé, obras bem demonstrativas do seu empenho na valorização do Património histórico-cultural portuense. Foi, no mesmo período, procurador à Câmara Corporativa e, depois, Deputado à Assembleia Nacional, nas legislaturas de 1945-1949; 1949-1953 e 1953-1956; ali, ocupou-se da discussão de diversos diplomas, com destaque para os relativos à investigação ultramarina; as preocupações com a valorização científica da Nação sempre pontuaram, naquela Casa, as suas intervenções. Na qualidade de Vice-Presidente da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, a sua acção foi decisiva na realização dos sucessivos Congressos Luso-Espanhóis, onde as numerosas comunicações de índole arqueológica, apresentadas na Secção de Ciências Históricas e Arqueologia, reunidas em grossos volumes (ver, por exemplo, as actas dos Congressos de 1942, 1950 e 1956), constituíram verdadeiros congressos de Arqueologia, antecessores do 1.º Congresso Nacional de Arqueologia, apenas realizado em Dezembro de 1958. Já antes, em 1940, tinha presidido ao I Congresso de Pré e Proto-História, integrado no Congresso do Mundo Português, cujas actas constituem notável volume e organizado as sessões na cidade do Porto, do XV Congresso

Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Histórica, reunido em Portugal de 21 a 30 de Setembro de 1930, por ocasião do 50.º aniversário da célebre Sessão de Lisboa (a IX) do mesmo congresso.

Para se aquilatar da importância, tanto a nível nacional com internacional, daquela reunião científica, deve referir-se que, logo na sessão inaugural do Congresso, realizada na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, foram agraciados pelo Embaixador de França em Portugal, com a Comenda da Legião de Honra, Leite de Vasconcelos, Presidente do Congresso; e, entre outros, com o Oficialato da Ordem de Instrução Pública de França, Mendes Corrêa, na qualidade de Presidente do Comité do Porto. O Programa científico e social desta reunião, não ficou atrás do realizado 50 anos antes. A primeira parte decorreu em Coimbra. Na visita que os congressistas efectuaram à Figueira da Foz, foi descerrada uma lápide comemorativa, junto ao dólmen das Carniçosas, explorado por Santos Rocha. Depois, os congressistas seguiram em comboio especial para o Porto, onde decorreu a 2.ª parte do Programa Científico do Congresso cujos trabalhos foram encerrados por Leite de Vasconcelos. Regressados a Lisboa, foram recebidos no Palácio de Belém pelo Presidente da República, a quem foram apresentados individualmente: só este acto seria suficiente para evidenciar a importância conferida pelas mais altas autoridades à realização deste Congresso em Portugal, numa altura em que o País procurava firmar o seu prestígio e credibilidade internacionais.

Tem interesse reproduzir o processo verbal da visita realizada aos concheiros de Muge, por iniciativa de Mendes Corrêa, de um grupo de congressistas, numa excursão pós-congresso em 1 de Outubro (n/a, 1931, pp. 31-32):

“No Cabeço de Amoreira detiveram-se longamente, assistindo aos trabalhos, examinando os cortes efectuados e as condições do terreno, e analisando algumas peças desco-

bertas pouco antes, especialmente um esqueleto humano, descoberto precisamente nessa manhã, e que o Sr. Dr. Joaquim dos Santos Júnior, assistente do Instituto de Antropologia do Porto e colaborador nas escavações, isolara cuidadosamente, conservando-o, porém, ainda *in situ* na ocasião da visita [...]. Do alto do Cabeço [...] puderam os congressistas assistir ao empolgante espectáculo de lide, por campinos a cavalo, duma manada de gado bravo, da qual foi separado um touro, depois reconduzido à manada. Já em 1880, por ocasião da visita dos membros do Congresso de Lisboa a Muge, idêntico espectáculo fora proporcionado aos congressistas de então [...].

Ao anoitecer, o grupo excursionista voltou para Santarém, jantando no Hotel Central e recolhendo depois a Lisboa, sob a mais grata impressão desta jornada final do Congresso.”

Quase trinta anos depois, o empenho de Mendes Corrêa pela Arqueologia ainda se mantinha forte, nas belas palavras proferidas na sessão inaugural do I Congresso Nacional de Arqueologia, reunido em Lisboa a 15 de Dezembro de 1958, de homenagem a Leite de Vasconcelos, a cuja memória o Congresso foi dedicado (Corrêa, 1959).

Foi, porém, no seio de Junta Nacional da Educação (Secção de Antiguidades e Escavações) que a actividade de Mendes Corrêa mais se destacou em prol da Arqueologia Nacional, não tanto ao nível das suas próprias investigações, mas, sobretudo, no apoio às desenvolvidas por outros; ser útil aos arqueólogos que careciam de apoio para o desenvolvimento das suas actividades, foi uma constante em Mendes Corrêa, como homem público e uma das indeclináveis obrigações que a si mesmo impôs, crendo-se, deste modo, também útil à própria Pátria:

“Um homem vale, acima de tudo, pelos serviços que presta à colectividade. Uma Pátria honra-se pelos serviços que presta à civilização e à Humanidade sem prejuízo – e até com afirmação – da sua individualidade nacional vinda de fundas raízes.

Assim uma pátria dignificada e próspera tem de se manifestar principalmente nas suas instituições de cultura, nos seus organismos de assistência, de higiene, de solidariedade, nas suas normas de justiça social e na sua vontade de concorrer para o progresso e para a felicidade humana.” (*in* Teixeira, 1964, p. 19).

Admitia Mendes Corrêa que, da investigação arqueológica “surgirão os melhores estímulos para um nacionalismo salutar, assente sobre uma nítida consciência étnica e sobre uma inteligente e segura compreensão do passado” (Corrêa, 1926a, p. 16). Para se compreender a Pátria requeria-se, primeiro, o conhecimento de realidades que só a investigação científica poderia desvendar. Se a Antropologia Física foi susceptível de conduzir à demonstração da natureza mais profunda do povo português, só a Arqueologia seria capaz de conferir estatuto cultural a tal realidade.

Assim se explica o seguinte voto, apresentado em telegrama enviado à Academia Portuguesa da História, a 2 de Abril de 1938, a propósito da preparação das Comemorações da Fundação da Nacionalidade:

“Ouso sugerir cerimónias e publicações evocadoras papel citânias, cidades castelos e outros logares como factos vitais para história e proto-história Portugal” (*in* Processo Individual, APH).

Esta sugestão teve evidente sucesso, pois, como é sabido, uma parte muito significativa dos castelos medievais portugueses foram reedificados e consolidados no âmbito das referidas comemorações.

Outra prova do interesse de Mendes Corrêa na investigação e valorização dos testemunhos arqueológicos susceptíveis de contribuir para o reforço do sentimento nacional, manifestou-se já no período do pós-guerra: a 13 de Março de 1947, Mendes Corrêa remeteu para a mesa da sessão da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa, a seguinte pro-

posta que, tendo merecido aprovação, foi remetida ao então Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, porém sem resultados práticos visíveis:

“Proponho que esta Classe exprima perante o Ministério da Educação Nacional o voto de que se efective a aspiração, já de há muito expressa por várias entidades, dum estudo sistemático e amplo da época romana em Portugal, especialmente para o estabelecimento da Carta Arqueológica dessa época e para a reconstituição o mais completa possível das estradas romanas no País” (*in* Processo Individual, ACL).

Trata-se de propósito que mantém ainda plena actualidade: uma defesa eficaz do Património arqueológico é imperativo de qualquer sociedade esclarecida, que só pode ser favorável aos estudos do Passado. Era, uma vez mais, a expressão de espírito científico sempre atento e interventivo, ao serviço do que considerava ser o interesse da Nação. Com efeito, para Mendes Corrêa “não seríamos grandes e fortes, hoje e no porvir, se em nós desaparecesse a consciência dos laços que nos ligam a esse passado” (Corrêa, 1938, p. 260). A este propósito, justifica-se outra transcrição, que bem exprime o pensamento do autor, sobre as suas responsabilidades, perante a Nação, na qualidade de investigador da nossa memória colectiva:

“Há anos, visitando o Museu Arqueológico do Carmo em Lisboa, vi, religiosamente guardada sob uma redoma de vidro, uma caveira que um letreiro elucidativo dizia encontrada num carneiro do Convento de Alcobaça e ter sido dum dos gloriosos vencedores da batalha de Aljubarrota. Um rápido relance, logo confirmado por mais detida observação, conduziu-me à afirmativa de que com toda a verosimilhança o crânio era feminino, e, numa nota que publiquei, aventava ironicamente a possibilidade de se tratar da própria padeira de Aljubarrota... Hoje pergunto a mim mesmo que vantagem moral e prática decorreu da minha rectificação. A fúnebre relíquia provoca actualmente inúteis sorrisos de dúvida. Não

teria sido melhor, sob tantos aspectos, que, perante esse crânio descarnado e alvo, todas as almas de portugueses continuassem ajoelhando devotadamente em comovida evocação dos nossos heróis?” (Corrêa, 1925, pp. 14-15).

Destas palavras poderia concluir-se existir no pensamento de Mendes Corrêa, a partir de certa altura da sua vida pública, quando assumiu maior protagonismo político, outras conveniências, diferentes da verdade científica; tal conclusão, porém, não transparece no conjunto da sua obra: jamais foram determinantes no pensamento de Mendes Corrêa doutrinas favoráveis a um nacionalismo exarcebado tão em voga na Europa do seu tempo. Pelo contrário, sempre defendeu a integração da população portuguesa num bloco que abarcava o Norte de África, encontrando afinidades especiais com os actuais berberes (Corrêa, 1919b). Por outro lado, rejeitou as doutrinas de Lombroso, no âmbito da Antropologia criminal, que fizeram escola na década de 1930, as quais pretendiam correlacionar certas características físicas com pré-determinadas tendências comportamentais, de índole criminosas.

No plano da origem do Homem, opôs-se ao criacionismo estrito, defendendo uma via moderada que procurava compatibilizar a doutrina da Igreja Católica com as ideias evolucionistas, cada vez mais firmemente apoiadas na rápida sucessão das descobertas paleoantropológicas dos anos 20: afirmou-se, deste modo, defensor de um transformismo moderado e monogenista. Importa salientar, a este propósito, a polémica que manteve com o Padre Dr. Joaquim Manuel Valente, então Professor de História Dogmática no Seminário do Porto, a propósito de uma crítica publicada por aquele sacerdote, em 1934 a um seu trabalho publicado muitos anos antes (Corrêa, 1926b). Na réplica, datada do ano seguinte (Corrêa, 1935), explicitou o que entendia por “transformismo moderado”, fundado

“no reconhecimento simultâneo: 1.º – de uma multidão de factos cientificamente averiguados, que parecem mais expli-

cáveis por evolução, por parentescos, do que por uma criação de que não há na ciência também qualquer prova (porque a revelação só se impõe sem demonstração à fé e não é invocada na pura pesquisa científica); 2.º – de uma multidão de factos cientificamente averiguados, que, pela sua aparição brusca em extremo grau de cumplicidade, sem precedentes admissíveis, tornam mais aceitáveis o criacionismo; 3.º – da necessidade de outorgar à mentalidade humana e às forças espirituais um papel e uma categoria que o materialismo e o mecanicismo inteiramente lhes contestam.” (*op. cit.*, pp. 55, 56).

Chega mesmo a responder com ironia, no mesmo tom usado pelo seu opositor, em trecho que se transcreve, para melhor documentar o pensamento do autor (*op. cit.*, p. 169):

“Bem sabemos que intermediário morfológico não significa necessariamente intermediário genealógico! Mas o *Pithecanthropus*, o *Sinanthropus*, o *Australopithecus*, os homens de Mauer e de Neanderthal, trazem testemunhos morfológicos tão impressionantes, através de tudo!... Numa casa praticou-se um crime cujo autor se ignora: sucede que fora visto, momentos depois, a sair furtivamente dessa casa um indivíduo estranho. Não há outros indícios. Que faz a polícia? Prende ou procura prender esse indivíduo. Porque êle é, necessariamente o criminoso? Não, mas porque é natural que o seja, ou, pelo menos, que seja testemunha e possa esclarecer o caso. O rev. Valente, se fôsse comissário de polícia ou juiz de instrução, deixava-o fugir, pôr-se a bom recato. Que será preciso para que o estimável sacerdote prenda o *Pithecanthropus* como suspeito? Nem pelo mal que faz às suas ideias?”

Em suma, Mendes Corrêa procurou deliberadamente uma solução intermédia, para a questão da origem do Homem, conjugando elementos criacionistas do foro religioso, com outros, do foro exclusivamente científico, que era o seu, favorável ao transformismo; como antropólogo, não poderia naturalmente ignorar as evidências das analogias dos caracteres dos antropóides fósseis então conhecidos com o homem actual, as quais supor-

tavam “senão relações directas com o homem, pelo menos uma pluralidade de direcções evolutivas, entre as quais é verosimil ter aparecido a que conduziu ao homem...” (*op. cit.*, p. 168).

Com efeito, desde cedo Mendes Corrêa se interessou pelo estudo de origem do Homem, incorporando em obra de tomo, que baptizou simplesmente de *Homo*, com duas edições (Corrêa, 1926b), toda a soma de conhecimentos que, sobre o assunto, então se dispunha. À 1.^a edição, de 1924, rapidamente esgotada – facto que evidencia o interesse suscitado pelo tema em Portugal – sucede-se a 2.^a edição, dois anos depois, actualizada e com retoma de artigos já publicados, como o impresso na prestigiada revista *L’Anthropologie* (1923). “La généologie humaine et le polyphyletisme”, bem demonstrativo da qualidade conceptual e da originalidade das suas ideias então discutidas ao mais alto nível, facto também expresso no artigo “O significado genealógico dos *Australopithecus* e o arco antropofílético índico” (Corrêa, 1925b). Trata-se de concepção monogenista, de ordem fundamentalmente geográfica, segundo a qual a localização do fenómeno antropogénico em torno do Índico se deprenderia do exame da distribuição dos mais importantes achados paleontológicos então conhecidos. Outro artigo, “L’Origine de L’Homme – l’état actuel du problème”, publicado em 1924 na revista *Scientia*, de Bolonha, trata também do assunto; e outros mais se poderiam referir, como o dedicado, em 1933, à posição sistemática do esqueleto paleolítico da gruta de Combe-Capelle, que teve oportunidade de observar pessoalmente, em Berlim, em Maio de 1931 (Corrêa, 1933a).

3. Principais contributos no domínio da Arqueologia Portuguesa

A noção de serviço público, manifestou-a Mendes Corrêa ao mais alto nível nas diversas áreas em que se desdobrou a sua actividade: como cientista multifacetado; como homem público

e publicista; e como Professor. A sua acção pedagógica frutificou: está na origem da chamada “Escola antropológica do Porto” representada por discípulos como A. Ataíde, J. R. dos Santos Júnior ou Carlos Teixeira. Este último, que lhe viria a fazer o elogio académico na Academia das Ciências de Lisboa (Teixeira, 1964), primeiramente interessado em temas de Antropologia física e de Arqueologia, viria mais tarde a destacar-se como eminente geólogo e paleobotânico. Mas seu discípulo mais querido terá sido Rui de Serpa Pinto, prematuramente falecido com apenas 25 anos, em 1933. O seu desaparecimento poderá ter contribuído para o afastamento de Mendes Corrêa da investigação arqueológica de terreno: com efeito, a listagem efectuada dos trabalhos científicos de Mendes Corrêa, organizada pelo próprio Serpa Pinto (Pinto, 1929), evidencia uma elevada percentagem de temas arqueológicos – 32 em 139 artigos publicados – que ulteriormente se atenua. O talento daquele seu jovem colaborador era ainda sublinhado por Mendes Corrêa, num dos seus derradeiros trabalhos, ao transcrever excerto de carta que lhe havia sido dirigida por Leite de Vasconcelos, altamente elogiosa para Serpa Pinto (Corrêa, 1959, pp. 24-25). A admiração pelo discípulo transparece, ainda, nas comovidas palavras que sobre ele escreveu na homenagem a outro ilustre arqueólogo, Eugénio Jalhay (Corrêa, 1951b, p. 80).

Mendes Corrêa entendia o campo científico da Antropologia como reflexo da variedade e diversidade da própria natureza humana. Abarcaria, desta forma, conhecimentos de Biologia, Zoologia, Anatomia, Fisiologia, Bioquímica, Medicina, Psicologia, Sociologia, Arte, História, Arqueologia e Geografia, entre outras áreas científicas (Monteiro, 1959). A Arqueologia surge, assim no campo complexo da dimensão cultural do Homem, compreendendo-se desta forma a sua vasta quanto heteróclita obra em tal domínio, o único que será objecto de análise neste trabalho.

Antes de mais, salienta-se o poder de síntese e a capacidade de relacionar assuntos aparentemente díspares, num

exercício de transdisciplinaridade individual, tão inovador quanto bem sucedido, e em todo o caso só possível através da sua sólida cultura científica, na época só comparável à obra de Leite de Vasconcelos. Neste contexto, pode considerar-se brilhante continuador da escola de Arqueologia dos Serviços Geológicos da segunda metade do século XIX. Tal conclusão é apoiada pela análise de diversas obras de síntese sobre o nosso passado pré e proto-histórico, onde assuntos de carácter antropológico se entrelaçam harmonicamente com os de natureza histórico-arqueológica ou geográfica: depois de Mendes Corrêa, jamais tais questões voltaram a ser apresentadas de forma tão solidamente articulada, não obstante a soma de conhecimentos sectorialmente adquiridos desde então. Paradigma desta realidade é a obra “Os Povos Primitivos de Lusitânia” (Corrêa, 1924), ainda hoje de leitura proveitosa, em especial os capítulos sobre as características naturais do território português, a que se seguiu notável capítulo “A Lusitânia Pré-Romana”, publicado no vol. 1 da *História de Portugal*, dita “edição de Barcelos” (Corrêa, 1928a), dirigida pelo Prof. Damião Peres.

O vasto saber de Mendes Corrêa e a sua capacidade de relacionamento de conhecimentos de áreas científicas distintas mas concorrentes justificaram, por outro lado, ensaios inovadores, como “A Geografia da Prehistória” (Corrêa, 1929a), ou obras de síntese, como “Geologia e Antropologia em Portugal” (Corrêa, 1929b), a qual constitui o embrião da “História dos achados pré-históricos em Portugal” (Corrêa, 1947) ou ainda a intitulada “Arqueologia e Biologia”, apresentada na sessão solene comemorativa do 75.º aniversário da Associação dos Arqueólogos Portugueses e na qual se podem ler passagens como esta:

“O passado não morreu. A ciência arqueológica e as leis da hereditariedade permitem-nos concluir que ele não se extinguiu de todo, que dele flui, no presente e em nós próprios, um esforço incessante de vida, uma energia inextinguível de luminosa continuidade criadora. Os mortos dos dólme-

nes e das necrópoles, os íncolas das citânias e das vilas, os heróis da Reconquista Cristã e das naus da Descoberta, estão conosco, ressurgem em todas as horas triunfais da Pátria.” (Corrêa, 1938, p. 260).

Assumindo-se como principal animador da actividade arqueológica em Portugal depois de Leite Vasconcelos – como ele formado na Escola Médico-Cirúrgica do Porto – o seu contributo científico e pessoal, naquele domínio, ficou definitivamente firmado por diversos estudos. O primeiro, refere-se às necrópoles do final da Idade do Bronze de Tanchoyal e de Meijão (Alpiarça), em terras da Quinta dos Patudos de seu Tio, Carlos Relvas, o proclamador da República da varanda dos Paços do Concelho de Lisboa, a 5 de Outubro de 1910.

Trata-se de uma necrópole de incineração em urnas, enterradas em campo aberto. Mendes Corrêa hesitou quanto à natureza da estação, no primeiro artigo que lhe dedicou (Corrêa, 1916); mais tarde, a sua opinião evoluiu e o estudo publicado em Madrid (Corrêa, 1933-1935) intitula-se, significativamente, “*Urnenfelder* de Alpiarça”, situando estas estações na Idade do Ferro. Tais descobertas tiveram a importância que mereciam: são vários os arqueólogos que a elas se referem, por vezes em obras de síntese (cf. Almagro, 1952; Savory, 1969). Ainda na actualidade, as necrópoles de Alpiarça, descobertas e publicadas por Mendes Corrêa, a que se juntou uma outra, situada nas imediações (Cabeço da Bruxa) (Kalb & Hock, 1980), constituem exemplo ímpar de necrópoles de incineração do final da Idade do Bronze do território português (Vilaça, Cruz & Gonçalves, 1999).

Mendes Corrêa entendia que a prática arqueológica só produziria resultados se desenvolvida com paixão, vivendo-se cada descoberta, numa estranha comunhão com o passado, a que não era estranha a componente romântica da sua personalidade. Na sessão de homenagem a Martins Sarmento, na Univer-

sidade do Porto, por ocasião da celebração do centenário do seu nascimento são suas as seguintes palavras (Corrêa, 1933b):

“No seu esforço evocador, as ciências do passado fazem meditar na imensa procissão das almas – de almas como as nossas – que têm desfilado sobre o solo que pisamos. Reconstituem dramas como o nosso. O espectáculo das ruínas é uma tremenda lição para os que crêem na perenidade das mais gigantescas realizações materiais. Quantos ideais, quantos sofrimentos, quantos sacrifícios, quantas esperanças, quantas ilusões elas traduzem! A pedra de uma parede desmoronada evoca os seres que atrás dela encontraram refúgio e agasalho, e atrás dela sentiram, pensaram, sonharam, cantaram, sofreram. O caco mais grosseiro é um pedaço da alma do homem que o modelou. O ornato mais singelo é uma aspiração de beleza. O mais modesto objecto votivo é a expressão respeitável de uma emoção religiosa, do anseio profundo do sobrenatural, de uma vida interior que enobrece o homem. Uma epopeia humilde está escrita em todos esses despojos amarelecidos... Desprezar com um sorriso de ironia essas ruínas sagradas seria o peor dos crimes.”

O valor simbólico ou estético do objecto arqueológico sobrepunha-se, por vezes, ao estritamente científico, como transparece destas palavras, explicando o interesse demonstrado por Mendes Corrêa por outro grande domínio da Arqueologia, o da Arte Pré-Histórica, a que dedicou diversos estudos.

O primeiro, relativo à arte megalítica (Corrêa, 1924), foi logo seguido do artigo “As Pinturas do Dólmen de Padrão (Vandoma)” (Corrêa, 1925-1926). Nele se reproduzem as pinturas observadas nos esteios do monumento, situado no concelho de Paredes, distrito do Porto. Trata-se de representações sobretudo a vermelho, de linhas sinuosas, com destaque para um esteio onde constava uma figura humana, desde logo transportado para o Instituto de Antropologia do Porto. Esta prática, também seguida por Mendes Corrêa no dólmen de Pedralta,

Cota, do concelho de Viseu, esteve na origem de grave desentendimento com o investigador viseense José Coelho, arreigado defensor, como seria natural, das antiguidades da sua região. A este assunto, que não se deseja desenvolver neste estudo, se refere a seguinte bibliografia: Coelho 1924, 1942; Corrêa 1924, 1928b, 1933c. Para se aquilatar da violência da polémica, desencadeada em 1924, e das suas sequelas, basta a simples leitura de cartão que José Coelho fez acompanhar a oferta do seu trabalho de 1942 a Manuel Heleno, transcrito na íntegra:

“Viseu, 9 de Maio / Ao Ex.^{mo} Sr. Dr. M.el Heleno / José Coelho / Prof. do Liceu cumprimenta / e deseja / m.^{to} o seu bem estar e de q.^{tos} lhe são caros. / Tendo estado uns dias em Lx.^a na Páscoa, lamenta não ter podido / estar consigo. Ainda o procurei em casa mas já a porta / estava fechada. Estive com o Ab. Breuil / na Dir. dos Serv. Geológicos – recebendo dele excelente lição / sobre as espécies lascadas do respect.^o Museu; confir-/mou-me promessa feita em Janeiro, de ir a Viseu no / próximo Verão, devendo encontrar-nos no Congresso do / Porto. Vai lá? Eu vou sempre quando mais não fosse/para dar o desgosto de me lá ver ao grande cabotino!

[...]. Aí vai a ultima martelada agora /impressa. / Cria-me am.^o Certo / J. Coelho.”

É significativa a forma cúmplice e familiar usada por José Coelho no seu trato com M. Heleno, conferida pelo combate a um adversário comum.

A questão de Glozel interessou também a Mendes Corrêa, tendo feito parte da comissão nomeada pelo Governo Francês que a analisou; sobre tal assunto, publicou diversas notas, entre 1926 e 1928. Defendeu a autenticidade daqueles signos, depois de uma visita ao local das descobertas.

Glozel foi, de imediato, relacionado com Alvão, cuja autenticidade não punha em causa: admitiu para as manifestações de Alvão idade pós-neolítica, mas anterior aos inícios da II Idade do Ferro, que situava na região cerca de 500 a.C. Algumas das

peças de Alvão ostentando símbolos alfabéticos, suportavam a hipótese de uma escrita muito recuada no Ocidente Peninsular. Esta possibilidade seria reforçada pela descoberta de uma plaqueta de argila possuindo tais signos, impressos antes da cozedura, encontrada por camponeses ao destruírem um dólmen em Carrazedo de Alvão (Corrêa, 1928b): a sua semelhança com os materiais glozelianos era evidente. Embora Mendes Corrêa, que a publicou em primeira mão, a não tenha considerado contemporânea do monumento (Corrêa, 1928b), como Dussaud tivesse contestado a sua autenticidade, viu-se obrigado a responder-lhe, reafirmando a sua convicção de que se trataria de escrita anterior à II Idade do Ferro (Corrêa, 1928c). O assunto Alvão/Glozel, apesar do seu inegável interesse científico, caiu no esquecimento, tanto em Portugal como em França. Sem dúvida que, no caso português, valeria a pena retomar a discussão, recorrendo a processos de análise à época inexistentes: por exemplo, estudos de microscopia óptica ou electrónica sobre os caracteres ou representações existentes, permitiriam a identificação do tipo de artefactos utilizados para a sua confecção; seriam também desejáveis determinações de idades absolutas (radiocarbono, termoluminescência). Provavelmente, Mendes Corrêa andou perto da verdade: tais peças deverão ser ulteriores, na sua última forma, aos monumentos megalíticos onde ocorrem, mas autênticos, no sentido de não corresponderem a produções actuais ou sub-actuais, com intuítos deliberadamente mistificadores.

A forma como Mendes Corrêa liminarmente afastou a eventualidade de se tratar de uma falsificação, respondendo, de maneira directa e incisiva a uma crítica que pretendeu contraditá-lo, explorando todos os argumentos úteis à sua defesa, testemunha postura frontal, sempre assumida nas polémicas em que se viu envolvido.

Houve outros casos em que também não teve razão. Naquele mesmo ano de 1928, quando a polémica sobre Glozel

estava ao rubro, publicou artigo na *Revue Anthropologique* intitulado “Nouveaux documents sur l’art préhistorique en Portugal”. Se é de destacar a capacidade de síntese que este ensaio evidencia, já é difícil de aceitar o facto de se não ter apercebido que dois fragmentos de um báculo de xisto, por si pessoalmente observados no Museu de Santarém em Janeiro de 1926, pertenciam, afinal, à mesma peça, tornando errónea a sua figuração no artigo citado, como se de peças distintas se tratasse (Corrêa, 1928d, Fig. 9 e 10). Esta desatenção não passou despercebida a M. Heleno, seu principal opositor no campo arqueológico. Em comunicação ao Instituto Português de História, Arte e Arqueologia a 8 de Agosto de 1937, cujo relato foi transcrito no jornal *A Voz* de 14.08.1937 e publicado mais tarde (Heleno, 1942) apresentou estudo sobre o culto do machado em tempos pré-históricos, declarando, a propósito das peças em questão, o seguinte (p. 462):

“Um outro grupo de objectos existe, porém, na nossa arqueologia a atestar esse culto. A chave para a interpretação desses objectos, considerados um enigma, encontrava-se à vista de todos, desde 1923, no Museu de Santarém, e, o que é mais curioso, os fragmentos do protótipo que permitiu essa interpretação foram publicados em revistas estrangeiras (*Revue Anthropologique*, etc.) pelo Sr. Professor Mendes Corrêa, do Porto, como peças independentes e sem notar a sua grande importância.”

Uma vez mais, Mendes Corrêa não se furtou à resposta, que originou uma controvérsia científica nas páginas do *Diário de Notícias* de 26 de Agosto e de 5, 9 e 10 de Setembro de 1937. Nelas, Mendes Corrêa procurou justificar, com alguma habilidade, a sua falha, declarando jamais ter dito não pertencerem as referidas peças a um mesmo e único artefacto... o que era objectivamente verdade.

Tão grande agitação sobre um assunto científico de menor importância só revela o estado de tensão existente entre os dois

protagonistas, disputando influência no mesmo campo científico, agravado talvez pelas profundas diferenças existentes na própria formação académica e modo de estar e personalidade de cada um deles: Mendes Corrêa, amadurecido nos contactos e convívio com os mais eminentes arqueólogos e antropólogos do seu tempo; M. Heleno, mais reservado, pouco entusiasta do convívio intelectual com os seus pares, procurando, a partir da direcção do Museu de Belém, assegurar a primazia da sua influência no país, como já o fizera antes o seu antecessor imediato, José Leite de Vasconcelos.

As relações conflituosas entre Mendes Corrêa e Manuel Heleno eram extensivas entre este último e importantes arqueólogos da época, como Afonso do Paço e Eugénio Jalhay, sócios activos da Associação dos Arqueólogos Portugueses. No ano de 1930, a secção de Arqueologia Pré-Histórica daquela Associação reuniu, em sessão extraordinária, para “Resolver sobre a antiguidade e valor das jóias recentemente encontradas na Herdade do Álamo (Alentejo)”, na presença das mesmas e do administrador do concelho. Intervieram na discussão diversos sócios, depois de terem ouvido comunicação de Vilanova de Vasconcelos, o único que já tinha observado as peças (Costa, 1930, 1932). O comentário azedo sobre o encaminhamento das preciosas jóias auríferas do Álamo, Moura, para o Museu Etnológico, já então por si dirigido (Heleno, 1935, p. 235, nota 85) é elucidativo da forma depreciativa como Manuel Heleno via a actividade daquela Associação:

“Logo que se deu o aparecimento do mesmo empreguei, como director do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, todas as diligências para a sua aquisição e obtive do interesse científico dos Ex.^{mos} Ministros das Finanças e da Instrução, Srs. Drs. Oliveira Salazar e Cordeiro Ramos, a inclusão no orçamento desse mesmo ano duma verba de 20.000\$00 Esc. para esse fim.

Tempos depois, em Novembro do dito ano, a Associação dos Arqueólogos, do Carmo, a dar-se ares de mentora

da Arqueologia Nacional (em dezenas de anos de existência nunca fez uma escavação e... ainda bem!) pedia ao Governo... o que há meses já tinha sido concedido! E não contente com isto ainda representava para que a compra do dito tesouro se fizesse para o Museu Etnológico, assim a mostrar, inocentemente, que o director deste se não interessava pelo assunto!

A que excessos de lialdade o zelo arqueológico pode levar!

Pois fique sabendo a gongórica associação que o Museu Etnológico dispensa a sua protecção e o pessoal do mesmo o seu generoso auxílio!”

As razões para este mal-estar eram reais e recíprocas, tendo origem na reacção da comunidade arqueológica da época ao Decreto n.º 21.117, de 18.04.1932, relativo à gestão do património arqueológico português, incluindo escavações arqueológicas (ver Anexo “Um decreto infeliz e deslocado”).

Outro exemplo em que Mendes Corrêa também não teve razão respeita à comunicação apresentada ao “XV Congrès International d’Anthropologie et d’Archeologie Préhistorique” (Corrêa 1933d), onde, a par de diversas supostas epígrafes, publicou a lousa de Lerilla (Ciudad Rodrigo), do mesmo tipo de outras daquela região, que hoje se sabe corresponderem simplesmente a traços de contagens (de rebanhos?) de época visigótica (Coelho, 1972), então atribuída à segunda Idade do Ferro... Porém, tudo deve ser situado na sua época: ao tempo, desconhecia-se o significado dessas placas que, ademais, ainda não estavam referenciadas em território português. O erro de Mendes Corrêa tem, deste modo, atenuantes e justificação.

Outra questão que interessou Mendes Corrêa, por certo relacionada com a sua formação de naturalista, foi a do Homem Terciário. Aceitando a probabilidade do aparecimento do Homem na Era Terciária, foi com grandes esperanças que se deslocou à Quinta do Vale das Lajes, junto à estrada de Alenquer a Ota, onde Hipólito Cabaço havia recolhido ossos huma-

nos, em sedimentos miocénicos. A escavação, porém, viria a revelar a associação dos restos humanos a vários trapézios e a um machado de pedra polida (Corrêa, 1926a, fig. 1), remetendo-a para o Neolítico Antigo, de que constitui testemunho de elevado interesse arqueológico, dada a extrema raridade de ocorrências do género no território português. Porém, não era isso que interessava a Mendes Corrêa, apesar de este ter correctamente atribuído o sepulcro àquela época, facto tanto mais para admirar quando ainda que quase tudo se desconhecia a tal respeito. Raramente na Arqueologia portuguesa se terá feito descrição de um facto científico de forma tão impressiva, sem deixar de ser rigorosa e elegante; a sua leitura poderá contribuir para a compreensão da própria técnica de construção da narrativa do Autor (pp. 9 e segs. da separata):

No dia 10, tendo eu seguido para outro ponto do Ribatejo, o assistente Sr. Santos Júnior, ao qual deixara instruções para a conclusão dos trabalhos, encontrou novos fragmentos ósseos, entre os quais parte duma calote craniana e de vários ossos longos, muitos dentes, um terceiro sílex trapezoidal, algumas lascas e enfim, a cerca de 20 cm dos restos ósseos, no mesmo nível, um machado polido [...].

Todas as esperanças sobre a cronologia terciária do achado estavam destruídas. Na manhã de 11, ao receber de Santos Júnior, na estação de caminhos de ferro de Santarém, a notícias das últimas aquisições, abandonei por fim a minha atitude de reserva para estabelecer definitivamente a data da jazida. Tratava-se, em vista dos sílices trapezoidais e do machado polido (fig. 1), de restos pré-históricos do neolítico antigo: o terreno, de fraca coesão, fora sem dúvida revolvido nessa data. Ainda assim, a idade da estação arqueológica remontava a muitos milénios, talvez a uns 8 ou 9 mil anos.

Não hesito em confessar que *in loco*, sob a sugestão dos entusiasmos dos meus companheiros, sob aquele sol rutilante do Ribatejo, ali naquelas paragens famosas – terra sagrada da pré-história portuguesa em que Carlos Ribeiro colhera os materiais para a sua hipótese do homem terciário,

e verificando quanto os achados do Vale das Lajes estavam integrados no terreno, eu cheguei, a-pesar do meu anterior cepticismo, a-pesar das diferenças entre os sílices encontrados e os eólitos de Ribeiro e Delgado, a-pesar da percentagem de matéria orgânica nos ossos, a-pesar da presença dos sílices geométricos e até da pequena profundidade do nível ossífero [...], eu cheguei – repito – a acariciar uma esperança. Quando na noite de 9, recolhi à hospitalidade da Casa dos Patudos, a Alpiraça, confiando a Santos Júnior a conclusão dos trabalhos de exploração, transmiti essa esperança ao Sr. Raposo, ao passar na sua quinta do Carregado, e a Romão de Sousa, que regressou comigo para a estação de caminho de ferro. Mas nunca abandonei, entretanto, a atitude de reserva que a serenidade e os factos registados aconselhavam.

Fiz bem assim [...].

A estação do Vale das Lajes corresponde a um período de *iniciação*. Novas culturas estavam germinando. Novos horizontes despontavam. Mas os homens inumados ali não tinham ainda pôsto de parte alguns utensílios da humilde cultura representada nos “restos de cozinha” ribatejanos [...].

Ainda não iam longe os tempos em que o mísero *Homo taganus*, as pobres populações de Muge, tinham erguido esses montículos de detritos que, na sua ingénua rudeza e na sua indigência, são os monumentos venerados em que se abrigaram os despojos funerários e culturais de tão remotos povoadores da terra portuguesa [...].”

Se as explorações do Homem terciário não foram à medida das suas expectativas iniciais – publicou na mesma obra, diversos eólitos recolhidos na ocasião, que admitiu resultarem de acções naturais (Corrêa, 1926a), posteriormente apresentados em 1927 ao Congresso de Amsterdão (Corrêa, 1928e) – já as explorações que empreendeu nos concheiros de Muge foram coroadas de êxito. Elas correspondem ao culminar das actividades arqueológicas de campo de Mendes Corrêa, vencida a vontade de M. Heleno que, também ali, pretendia efectuar escavações “sem ideias preconcebidas”, em 1932 e inícios de 1933, já depois de

iniciadas as do primeiro, com o argumento de o Museu Etnológico ainda não possuir materiais ilustrativos dessa época. A alusão, não inocente, a “ideias preconcebidas” manifestada em 1932, referia-se às afinidades negróides invocadas por Mendes Corrêa, para os antigos povoadores dos concheiros, mas negadas por H. Vallois. Assim, não espanta que M. Heleno o pretendesse convidar para estudar o material antropológico que recolhesse, no que foi duramente criticado por antropólogos portugueses. O epílogo desta tentativa de inferiorizar o trabalho de Mendes Corrêa, foi dado pelo próprio Vallois, ao escrever uma carta a Mendes Corrêa, que este publicou, desdramatizando as divergências entre ambos (cf. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 6 (1), pp. 55-57). Graças à sua capacidade de relacionamento, tanto nos meios nacional como internacional, Mendes Corrêa conseguiu neutralizar as manobras urdidas por Heleno para se assenhorear das escavações naqueles míticos lugares da Arqueologia portuguesa.

O primeiro ciclo das escavações de Mendes Corrêa desenrolou-se no concheiro do Cabeço de Amoreira, que tinha sido apenas objecto de sondagens muito limitadas no século XIX (Cardoso & Rolão, 1999/2000). Ali se efectuaram as campanhas de 4 a 23 de Agosto de 1930 e de 29 de Setembro a 2 de Outubro do mesmo ano, de modo aos participantes do XV Congresso de Antropologia e de Arqueologia Pré-Histórica poderem apreciar a estação em curso de exploração (cf. visita anteriormente descrita). O caderno de campo de Mendes Corrêa, no dia 1 de Outubro de 1930 assinala as seguintes descobertas, que na íntegra se transcrevem, até para se aquilatar da qualidade dos registos efectuados:

“Em 1 d’Outubro passou-se à camada profunda do 5.º Troço de FC e começou-se a media do 5.º Troço de GH e a media do 5.º Troço de JK. Suspendeu-se a escavação de AB, 6.º Troço de que falta a camada profunda.

Cêrca das 13 horas apareceu a meio da linha de separação entre o 5.º Troço de GH e o de HJ a 40 cm de profun-

didade um esqueleto dum adulto masculino, com o crânio fracturado (*post-mortem*), em decúbito lateral, com o dorso p.^a E, a cabeça caída para traz, os pés para N, os membros profundamente flectidos, os joelhos a 20 cm do hombro. Fez-se croquis e fotografias. Trabalhou-se durante parte dessa tarde e em 2 no isolamento e extracção do esqueleto, o qual foi visto pelos congressistas que visitaram Muge na tarde de 1.

Vê-se bem aparecer o lado direito do indivíduo, o crânio, a clavícula, o omoplata, o humero, o radio e o cubito, a rótula, o fémur, a tibia (partida) e o peróneo (partido em 2 pontos), o calcâneo, os ossos do pé, muitas vértebras e costelas, um pedaço do íliaco.

Os congressistas que vieram comigo em 1 foram Bégouen, Pittard, mulher e filho, Miss Liley, Nicolaescu, Vayson de Pradenne e mulher, Siret, Reygasse, Jalhay, Pires, Vallois e mulher, Rellini, Benoit. Levaram quasi todos alguns micrólitos, ossos, conchas, quartzites, etc. de AB e FG.”

No ano seguinte, as escavações efectuaram-se entre 29 de Julho e 21 de Agosto, depois entre 7 e 28 de Agosto de 1933 e, finalmente, em Agosto e Setembro de 1937, neste último ano interessando pela primeira vez o concheiro do Cabeço da Arruda (Corrêa, 1951a). Três cadernos de campo publicados na íntegra (Cardoso & Rolão, 1999/2000), adquiridos aquando da venda da biblioteca de Mendes Corrêa na década de 1960 e que actualmente integram o Arquivo do Doutor O. da Veiga Ferreira: um de 1930; outro de 1930-1931-1933; e o último de 1937, mostram que, tanto Rui de Serpa Pinto como J. R. dos Santos Júnior, participaram activamente nas escavações.

A menor diferença de cotas do concheiro do Cabeço da Arruda, relativamente ao nível de base local, representado pela ribeira de Muge, face às cotas do Cabeço da Amoreira, levaram Mendes Corrêa a admitir ser aquele mais moderno que este, para além de argumentos arqueozoológicos e arqueológicos (Corrêa, 1933e). Entre os primeiros, invocou a frequência crescente de *Mytilus edulis*, observada nos concheiros das Astúrias,

dos níveis mais antigos para os mais modernos, recordando a ausência desta espécie no Cabeço de Amoreira, ao contrário do verificado Cabeço da Arruda. Também a presença no Cabeço da Amoreira de espécies de águas salgadas mais quentes que as actuais indicariam para o autor uma maior antiguidade deste concheiro, conclusão que, do ponto de vista arqueológico, seria suportada pela extrema raridade de trapézios, contrastando com a sua frequência no Cabeço da Arruda.

Estas considerações não foram, porém, confirmadas pelas datações absolutas obtidas pelo radiocarbono, as quais evidenciam consideráveis sobreposições e uma ocupação aparentemente sincrónica dos diversos locais, embora se possa considerar o concheiro da Moita do Sebastião de fundação mais antiga, e o do Cabeço da Amoreira de fundação mais recente, correspondendo o concheiro do Cabeço da Arruda a época intermédia, com base nas datações absolutas pelo radiocarbono dos restos humanos sepultados na camada basal de cada uma das acumulações (Cardoso, 2007).

Outro aspecto relevante das escavações dirigidas por Mendes Corrêa refere-se à identificação de novas sepulturas no Cabeço de Amoreira. Estas, pela sua posição periférica, sugeriram-lhe fase tardia, na sequência ocupacional do sítio, admitindo, mesmo, que os derradeiros ocupantes do Cabeço de Amoreira pudessem ter sido já sepultados no Cabeço da Arruda, que lhe fica fronteiro.

Os resultados de tais trabalhos foram, na época, apenas objecto de notas breves da autoria de R. de Serpa Pinto (Pinto, 1932; 1933/1934), havendo fundadas razões para admitir, não fosse a sua morte prematura, um conhecimento da ocupação mesolítica de área em questão muito mais completo do que aquele que, ainda hoje, dela temos.

Refere-se ainda à região de Muge artigo de 1940 da autoria de Mendes Corrêa, onde se apresentam materiais das estações paleolíticas dos terraços da margem esquerda do Tejo, recolhi-

dos por H. Cabaço e J. F. Cadete, uma das quais – o Cabeço da Mina – com interesse estratigráfico. Mendes Corrêa dirigiu ali escavações arqueológicas – as primeiras que em Portugal se fizeram em uma estação paleolítica de ar livre – as quais conduziram à recolha em estratigrafia de diversos bifaces do Acheulense Superior de recorte absolutamente clássico. Estes trabalhos antecederam os de H. Breuil e G. Zbyszewski na região, realizados anos depois e limitados a recolhas superficiais. O carácter pioneiro das escavações de Mendes Corrêa no Cabeço da Mina é acentuado pela metodologia adoptada, incluindo a localização gráfica em projecção, no corte estratigráfico respectivo, dos objectos encontrados, facto bem demonstrativo de qualidade dos trabalhos realizados, mesmo a nível internacional (Corrêa, 1940, fig. 16). Este estudo de Mendes Corrêa apresenta ainda judiciosas considerações sobre a relação dos materiais paleolíticos do Cabeço da Mina com os materiais de superfície, de base macrolítica, que considerou já pós-paleolíticos, entre os quais ocorrem peças de tipologia afim da asturiense, do litoral norte do País. Estava, sem o saber, a tocar em um dos temas mais discutidos e ainda não totalmente resolvido: o da cronologia e estatuto cultural das indústrias vulgarmente designadas por “languedocenses”.

Não poderiam deixar de se referir, de entre os contributos de Mendes Corrêa do fôro arqueológico, os relativos ao antigo Ultramar português decorrentes da sua participação em diversas missões cujo âmbito, em larga medida, extravasam o deste estudo. São de destacar os estudos relativos às indústrias líticas de Timor, obtidas na missão científica que chefiou ao território, em 1953, primeiramente apresentados ao IV Congresso de Pré-História do Extremo Oriente, realizado nesse ano em Manila; mais tarde, foi co-autor de outro trabalho dedicado a novas descobertas líticas realizadas neste antigo território português, publicado postumamente (Corrêa, Almeida & França, 1964). Efectivamente, o povoamento das regiões austrais inte-

ressava-o de há muito, tendo sustentado hipótese (Corrêa, 1926b) de a Antártida ter servido de ponte para o povoamento humano da América do Sul, a partir da Austrália e dos arquipélagos mais austrais, no decurso de época de amenidade climática, hipótese que foi então seriamente considerada no seio da comunidade científica internacional. Em consequência, propôs a realização de uma expedição portuguesa àquele continente (Corrêa, 1959) por ocasião do Ano Geofísico Internacional, com o objectivo de ali procurar vestígios da referida passagem.

Foi, porém, no domínio da Paleoantropologia, directamente relacionado com a Arqueologia Pré-Histórica, aquele em que o Prof. Mendes Corrêa mais se distinguiu. A sua primeira obra de vulto, publicada em prestigiada revista internacional (Corrêa, 1919a), sintetiza o conhecimento então existente sobre as características físicas dos portugueses actuais. Ali são apresentadas diversas conclusões que conformaram as principais linhas de força de toda a sua investigação paleoantropológica futura. Assim, no seu entender, a população dos concheiros de Muge integraria um grupo “of meridional origin, agreeing with the route of Tardenoisian civilization” (Corrêa, 1919a, p. 122); tais populações afastar-se-iam dos padrões dos modernos portugueses. As peculiaridades do tipo presente em Muge, predominantemente dolicocefalo, justificaram a designação, por si proposta, de *Homo afer taganus*; os raros braquicefalos presentes, encontrar-se-iam entre os exemplares mais antigos da Europa.

Muitos anos depois (Corrêa, 1951), reafirmou o essencial do que, em 1919, fazia já parte da sua doutrina. Na ocasião, reafirmou também a presença de uma minoria braquicefala, por si identificada na série craniológica do Museu dos Serviços Geológicos (Corrêa, 1917), mas que Henri Vallois (1930) tinha posto em causa, atribuindo os formatos daqueles crânios, sobretudo, a deformações pós-deposicionais. A presença de braquicefalos em Muge foi, porém, ulteriormente confirmada por Augusto Ataíde (1940), com base em crânio do Cabeço

da Arruda, oriundo das escavações de Mendes Corrêa e, mais tarde, por Denise Ferembach (1974).

Outro tópico fulcral da actividade paleoantropológica de Mendes Corrêa refere-se às investigações das características das populações neolíticas, nas quais admitiu situar as origens de população portuguesa actual:

“We may conclude, on the whole, that during the neolithic age what is now Portuguese territory was inhabited by tribes of different anthropological origin [...]. But even if that population did not as yet constitute definite national aggregation, there can already be seen in it ethnic elements which took an important part in the anthropological composition of the actual population of the country” (Corrêa, 1919a, p. 126),

rejeitando deste modo que tais raízes pudessem remontar às populações de Muge (Corrêa, 1917).

A ascendência directa da população portuguesa actual nos Lusitanos, que considerou povo de origem pré-céltica foi outra das grandes linhas de força do pensamento paleoantropológico de Mendes Corrêa:

“[...] among the historical natives of the territory the Lusitanians constituted the most important nucleus of future Portuguese population” (Corrêa, 1919a, pp. 133-134),

a qual, na actualidade, declarou ser uma das menos heterogéneas a nível europeu (p. 137). Com efeito, os seus estudos, como os de outros antropólogos seus contemporâneos demonstraram que os portugueses são o povo da Europa com a cabeça mais comprida e os olhos mais escuros (Ribeiro, 1996, p. 713), distinguindo-se, sobretudo, as regiões interiores da Beira Alta e de Trás-os-Montes, como as mais homogéneas.

A obra paleoantropológica de Mendes Corrêa evidencia a sua convicção na natureza muito antiga e específica da população portuguesa, conclusão que, harmonizando-se com diversos

aspectos de ordem cultural, o levaram a admitir que, já antes da fundação do Estado, Portugal constituía uma Nação (Corrêa, 1919b, p. 135). Esta tese, reafirmada recorrentemente (Corrêa, 1944) provocou polémica com Damião Peres que só aceitava a existência de Portugal na perspectiva estritamente política, a partir do século XII (Peres, 1938). Porém, as duas teses não eram incompatíveis, ao contrário do que Damião Peres pretendeu: a convicção de Mendes Corrêa na existência de uma Nação muito anterior à fundação do Estado era de índole estritamente antropológica: Nação como conceito irmanando populações de características psicossomáticas, físicas e culturais afins. Ao mesmo tempo, deu preferência, na busca de paralelos para o Português actual, no Norte de África, face à Europa além-Pirenéus. A percepção de que aquela posição poderia não ser do agrado de alguns, seus contemporâneos, mais propensos a ligarem o Portugal dos anos 20 à Europa civilizada, é nítida:

“Não se enfadem comigo os entusiastas propagandistas da *raça portuguesa*; não há, no rigor da expressão, uma raça portuguesa. Mas há um tipo antropológico português. Já o evidenciamos num dos capítulos anteriores. Dizendo que a massa principal da população portuguesa se filia no grupo antropológico que abrange espanhóis, marroquinos, argelinos, corsos, etc., não recuso individualidade à população portuguesa apesar das mestiçagens nela reconhecidas. Séculos de vida independente, em especiais condições geográficas, deram-nos direitos, psicologia especial, etnia própria, e mesmo uma fâcies somática distinta. O povo português é antropológicamente dos menos heterogêneos da Europa, e é o mais dolicocefalo de todos – eis factos de há muito conhecidos, que não podem encarar-se com desprovido significado.” (Corrêa, 1919b, p. 112).

Mais adiante, e no reforço do que havia dito, declara:

“O que é indubitável é que alguns dos primeiros habitantes da Ibéria tinham uma origem meridional, crivelmente

africana, sendo impressivas as relações entre o Capsiense do norte de África e algumas civilizações do Paleolítico final e do preneolítico do sudoeste europeu.” (p. 134)

A afinidade das populações mesolítica portuguesa e norte-africana foi mantida em trabalhos ulteriores, e viu-se mesmo apoiada por outros abalizados antropólogos que identificaram nos crânios de Muge características negróides (Hervé, 1930); estas porém, eram apenas invocadas por Mendes Corrêa, a par de outras (australóides e pigmóides), assinalando a sua posição sistemática no bloco das raças equatoriais, por oposição às boreais, a que pertenceria a de Cro-Magnon (Corrêa, 1936, p. 15 da separata). Porém, no mesmo ano, as afinidades negróides assinaladas foram contestadas (Vallois, 1930), tendo então o Homem de Muge sido relacionado com o paleolítico de Cro-Magnon. Só muito mais tarde, ao estudar 5 crânios da Moita do Sebastião, exumados nas escavações da década de 1950 por O. da Veiga Ferreira e J. Roche, Mendes Corrêa aceitou a possibilidade da população de Muge poder integrar-se na raça mediterrânea actual e, por acréscimo, no seio dos modernos portugueses, sem deixar de salientar a necessidade de continuar a investigar o assunto (Corrêa, 1956).

Com efeito, os estudos que, mais recentemente, se fizeram sobre este assunto, são coerentes na atribuição ao conjunto antropológico de Muge de caracteres protomediterrâneos, onde os cromagnóides também ocorrem, de menor tamanho e mais graças que as formas clássicas do Paleolítico Superior francês; mestiços entre ambos os morfotipos, acompanhados de alguns alpinos, completam o quadro de Moita do Sebastião, o único concheiro até ao presente objecto de estudo antropológico monográfico (Ferembach, 1974, p. 135).

Por outro lado, as pretensas analogias tipológicas das indústrias mesolíticas de Muge com as suas equivalentes norte-africanas, invocadas por Mendes Corrêa em apoio das conclusões de ordem antropológica a que chegara, com base nas

doutrinas então defendidas por eminentes arqueólogos, como P. Bosch Gimpera e H. Obermaier, tinham sido já antes postas em causa por M. Heleno, nos seguintes termos: “No estado actual da ciência não é portanto de aceitar a origem africana do grimaldense de Rio Maior. E porque ele é a base do tarde-noisense de Muge (Ribatejo) onde se encontram as ossadas do *Homo taganus*, concluiremos finalmente que as recentes investigações não autorizam a origem africana desta indústria, antes apoiam a filiação europeia dos nossos mais remotos antepassados” (Heleno, 1948, p. 494). Esta conclusão, embora correcta, é forçada, atendendo aos argumentos aduzidos: com efeito, nada autorizava M. Heleno a estabelecer filiação directa das indústrias de mesolíticas de Muge nas suas antecessoras do Paleolítico Superior. A forma liminar com que M. Heleno recusou a concepção de Mendes Corrêa, é mais um indício do mal estar instalado desde o início da década de 1930 entre ambos, a que já se fez referência.

Mendes Corrêa ocupou-se da análise de restos humanos de épocas mais recentes, como os recolhidos por V. Correia na Anta 7 da Herdade da Caeira, que atribuiu a um único indivíduo, presumivelmente dolicocefalo (Corrêa, 1921). Mais tarde, procedeu ao estudo do espólio humano da Idade do Ferro da necrópole de incineração do Olival do Senhor dos Mártires, em Alcácer do Sal, escavada pouco tempo antes por este último arqueólogo. Atendendo à natureza da necrópole, foram escassos os elementos antropológicos que conseguiu reunir; mesmo assim, tendo em conta a informação arqueológica obtida, segundo qual se trataria de uma população “indígena em contacto directo com os navegadores mediterrâneos”, aceitou que

“Os documentos osteológicos aqui estudados não seriam, em geral, de verdadeiros indígenas ou revivescências mais ou menos modificadas dos antigos capsenses peninsulares de origem africana mas antes de recém-chegados estranhos, de nautas ou mercantes, sobretudo púnicos, ou de escravos

sacrificados, nalguns dos quais não faltariam mesmo feições negróides (como o prognatismo), sendo duvidoso que se tratasse de verdadeiros tipos nigríticos, por não ter até agora aparecido ali a tendência dolicóide tão marcada em geral nestes tipos.” (Corrêa, 1931, p. 84).

O último estudo de Mendes Corrêa dedicado a uma população pós-mesolítica, refere-se à caracterização do rico conjunto neolítico recolhido por Carlos Teixeira, seu antigo discípulo na Faculdade de Ciências do Porto, nas grutas naturais Eira-Pedrinha (Condeixa-a-Nova). Admitiu uma população uniforme, predominando embora um

“elemento de estatura inferior à mediana ou baixa [...], de crânio doliocéfalo, ou sub-dolioséfalo, com contorno ovóide, arcadas superciliares pouco salientes ou nulas, frente vertical ou pouco inclinada, occipital pouco saliente [...], nariz mesorínico [...]”. (Corrêa, 1949, p. 35).

Verificar-se-iam neste conjunto, segundo Mendes Corrêa,

“características diferentes das encontradas nas populações de Muge. Estes elementos vinham, no seu entender, confirmar a tese, já antiga, de que seria no Neolítico e não no Mesolítico que se encontraria “o substrato de que, com algumas modificações, por evolução ou influências doutros elementos, saiu a massa principal da população portuguesa de hoje.” (Corrêa, 1949, p. 37).

Embora a primeira grande conclusão dos estudos antropológicos de Mendes Corrêa, a de que a população de Muge continha evidentes afinidades norte africanas, não viesse a ser ulteriormente confirmada, já as duas outras – a da origem pré-céltica dos Lusitanos dos quais admitiu a descendência directa dos Portugueses; e as raízes antropológicas mais profundas destes nas populações que, no Neolítico ocuparam o actual território português, parecem ter-se consolidado. Tais teses, porém, não eram novas nem originais: lembre-se que já Leite de Vasconcelos tinha

aceite a filiação dos Portugueses nos Lusitanos, bem como a sua origem pré-céltica. Na actualidade, a generalidade dos autores, com algumas excepções, atribui aos Lusitanos – ”que não seriam um *populus*, mas um conjunto de *populi*, aos quais os Romanos fizeram corresponder diversas *civitates*” (Alarcão, 1992, p. 345) – origem indo-europeia pré-céltica.

Mendes Corrêa interessou-se, também, pelos autores clássicos, cujo conhecimento serviu para complementar as conclusões dos estudos geográficos e antropológicos que empreendeu; a síntese apresentada em 1924 nos “Povos Primitivos da Lusitânia” é exemplo do cuidado dessa investigação. Por extensão, ocupou-se de evolução fonética de certas palavras ali referidas. A propósito de uma sua tentativa de recuar a época da mais antiga citação dos Lusitanos nas fontes clássicas (Corrêa, 1919b), declara, no discurso inaugural de abertura do I Congresso Nacional de Arqueologia dedicado à memória de J. Leite de Vasconcellos, o seguinte (Corrêa, 1959, p. 23):

“Não se inclui também Leite de Vasconcelos no nome dos investigadores que aceitaram a minha leitura de *Lusis* ou *Lucis* (até então interpretado *Ligus*) num verso de Festo Avieno como a mais antiga referência literária aos Lusitanos, susceptível de se considerar proveniente dum périplo do século VI antes de Cristo. Mas concordou com os autores que encontravam no tema *lus-* uma comunidade etimológica e porventura, de parentesco étnico entre Lusitanos e Lusões, os *Lusones* que no século III antes de Cristo se encontram, lutando contra Roma na Meseta, entre as tribos celtibéricas da região.”

Autores recentes vieram em apoio de Mendes Corrêa. Entre estes, encontra-se Dominguez de la Concha, que a tal propósito declara (1995, pp. 123-124):

“La primera referencia a la situación geográfica de los Lusitanos nos la proporciona la Ora maritima de Avieno en su verso 196, quien se refiere al *pernix Ligus*.”

A edição *princeps* tem *lucis* que, segundo Ferreira (1985, p. 48, nota 39), não faz sentido. Mendes Corrêa, como se disse, optou por *Lusis* (Corrêa, 1924, pp. 84-88), no que é acompanhado por diversos autores, tanto espanhóis como portugueses; entre estes, conta-se Justino Mendes de Almeida (1965, pp. 30-31; 1967, pp. 61-63) optando, no entanto, por *Lysis* em vez de *Lusis*, por razões puramente métricas. Esta interpretação teve, contudo, contra ela, a autorizada opinião de J. Leite de Vasconcelos. Este, que não considera possível a equivalência de *Lucis* com *Lusis*, preferiu antes a possibilidade de a palavra *Lucis* poder ser interpretada por *Ligus*, proposta pelo sábio Schrader, encerrando a breve polémica que manteve com Mendes Corrêa com as seguintes palavras:

“Estão a nossa Etnologia e Geografia arcáicas tão obumbradas de dificuldades, que me parece mais prático procurar esclarecer estas, como bastas vezes, e com felicidade, o próprio Dor. Mendes Corrêa tem feito, do que vir ainda aumentá-las com insustentáveis conjecturas, cuja discussão toma tempo inutilmente, e causa desgostos mútuos.” (Vasconcelos, 1925, p. 41).

Na verdade, esta diferença de opiniões entre os dois amigos, jamais obscureceu o mútuo respeito e consideração que os unia, aliás expressa na forma cordial como a mesma é referida, em 1959 por Mendes Corrêa.

Mendes Corrêa situou as origens da cidade do Porto, de que arreigadamente se considerava filho (embora não fosse dela natural), na *cividade*, correspondendo-lhe uma das colinas do burgo portuense, a velha *Cale*; tal correspondência também mereceu reservas a Leite de Vasconcelos. A verdade, porém, é que vestígios arqueológicos da época romana, entretanto encontrados no casco antigo da cidade, são favoráveis a tal hipótese.

O fascínio pelas origens de Lisboa também não o deixou indiferente. No capítulo V do seu livro *Da Biologia à Histó-*

ria (Corrêa, 1934), ocupou-se da discussão das diversas teorias sobre as origens da cidade de Lisboa, com base nas fontes clássicas: defende Mendes Corrêa que o nome de Olisipo poderia ter derivado do antropónimo grego *Elasippos*, que significa literalmente “o que lança os cavalos na corrida” ou “o que guia os cavalos”. Resumo dessa tese, publicado na revista madrilena “Investigación y Progreso” (Corrêa, 1934a), o Autor observa que, sendo a derivação fonética possível, na opinião do hele-nista F. Torrinha,

“una asociación de ideas se estableció en seguida en mi espíritu entre este hecho y los viejos textos en que se refiere la tradición concerniente a los caballos de la región de Lisboa que, por su velocidad, se decía que eran hijos del viento” (*op. cit.*, p. 225).

Deixando bem claro o domínio que detinha das fontes literárias, acrescentou que, tanto o filólogo L. Valla, do século XV, como o cosmógrafo Mercator, do século seguinte, tinham relacionado o nome de Lisboa com a antiga tradição da fecundação das éguas pelo vento e feito derivar o nome de Lisboa do grego *Olios-hippon* que queria dizer “lugar aonde os cavalos se reúnem”. À mesma questão tornariam outros eminentes investigadores (Almeida, 1997). Mas foi Mendes Corrêa o primeiro a admitir a existência do nome Olisipo nas fontes clássicas em época anterior ao século II ou I a.C., recuando-a para o século IV a.C. Faltava, porém, obter a confirmação arqueológica de tal hipótese, a qual foi por ele antecipada:

“En aquella época, evidentemente, existía ya un núcleo urbano en las orillas del estuario del Tajo [...]. El germen de Lisboa, la primitiva Lisboa, sería quizás un *oppidum* (castro o citania) situado, por ejemplo, en la cumbre del monte donde existe hoy el castillo de San Jorge.” (*op. cit.*, p. 224).

Esta intuição é de destacar, se se considerar que, à época, Mendes Corrêa apenas poderia ter conhecimento de escassos

materiais da I Idade do Ferro recolhidos por Vergílio Correia na “crasta” da Sé e, no sopé do morro respectivo, no subsolo da rua dos Douradores, só recentemente estudados e atribuídos ao século VI a.C. (Cardoso & Carreira, 1993, Fig. 5). Escavações recentes no castelo de São Jorge vieram demonstrar a importância da presença da Idade do Ferro (Serra, 2008), confirmando plenamente o que já Mendes Corrêa havia concluído.

Também a localização de Móron o interessou: contrariando A. Schulten, que situava aquele importante centro urbano na minúscula ilha de Almourol, Mendes Corrêa concluiu, pela análise do texto estraboniano, que a hipótese mais plausível seria a de situar aquela cidade na zona das Portas do Sol, esporão sobranceiro ao Tejo em Santarém, enquanto a urbe romana, mais moderna, corresponderia ao casco antigo da actual cidade (Corrêa, 1934b). Os trabalhos arqueológicos vieram a dar razão a Mendes Corrêa, apenas apoiado em fontes literárias, que provaram a existência de uma importante povoação pré-romana nos jardins das Portas do Sol (Arruda, 1993; Arruda, 1999/2000), acompanhada, a curta distância, de uma outra, em Chões de Alpompe (ver bibliografia sobre o assunto em Diogo & Faria, 1985 e Diogo, 1993). Seja como for, os exemplos mencionados são expressivos da capacidade de Mendes Corrêa em articular informações de natureza e origens muito diversas, só possível pela sua erudição de humanista.

4. Mendes Corrêa, incentivador da investigação arqueológica em Portugal

A transbordante actividade científica de Mendes Corrêa encontrava-se aliada a um espírito afectivo, disponível, prático, o que explica o grande número de investigadores que o procuraram e nele encontraram protecção e apoio financeiro e institucional, de que careciam para os seus estudos. Aquele, nada pedia em troca, a não ser trabalho sério, atitude que era acompa-

nhada por uma grande humildade científica. Alegrava-se, como se fossem seus, com os sucessos por outrem conseguidos, sem nunca procurar retirar deles fáceis dividendos pessoais.

Citem-se, como exemplo, as publicações sobre materiais resultantes das escavações dos concheiros de Muge, apenas da autoria de R. de Serpa Pinto, embora a iniciativa e direcção das mesmas tenha sido sua. Na verdade, todo o prestígio por si alcançado se ficou exclusivamente a dever aos seus méritos e labor esforçado, muitas vezes isolado.

Prova dessa invulgar humildade científica, encontra-se espelhada no seguinte trecho (Corrêa, 1951b, p. 79):

“Em 1925 Rui de Serpa Pinto trouxera-me das praias de Âncora um calhau talhado de quartzite, que, receoso da proximidade da linha férrea do Minho, não identifiquei e apenas ficou guardado. Em 1928 a publicação pelo P. Jalhay do trabalho sobre o Asturiense da Galiza, leva Rui de Serpa Pinto a fazer a identificação daquela peça como um pico asturiense. E assim o jovem investigador que entra logo nas melhores relações de amizade e de intercâmbio científico com o P. Jalhay, pode anunciar ao mundo científico numa monografia modelar as suas notáveis descobertas, em Portugal, da cultura que o Conde de La Vega del Sella revelara anos antes nas Astúrias. Não oculto o júbilo que senti, embora a minha prudência de 1925 tivesse retardado três anos a feliz aquisição para a Ciência Arqueológica [...]”

E, em afirmação jamais desmentida no decurso da sua longa vida científica, declara (p. 80):

“um dos traços que considero mais indispensáveis na personalidade do homem de ciência é o acolhimento, o estímulo, o auxílio, a simpatia para com os novos. Eu, que na minha vida, conheci alguns velhos, avarentos do saber e da glória, que ocultavam informações, documentos, livros, aos jovens que os procuravam [...], sinto ufania em, no meu restrito, modesto, campo de acção, ter seguido sempre caminho

diverso. A consciência poderia acusar-me de ter estimulado e apoiado, por engano, quem não correspondesse à minha boa vontade. Nunca me acusará de ter intencionalmente fechado o caminho a um jovem.”

Esta disposição do seu espírito torna-se indispensável a muitos arqueólogos, que, nas décadas de 1940 e 1950, não dispunham dos necessários apoios para o desenvolvimento das prospecções e escavações arqueológicas que pretendiam levar a cabo (Fig. 2).

Um desses beneficiados foi Eduardo da Cunha Serrão. Como o próprio declara, as escavações que dirigiu nos povoados pré-históricos de Olelas (Sintra) e de Parede (Cascais) só foram possíveis graças aos apoios do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, sediado no Porto, a que já se fez referência: “já há alguns anos somos colaboradores dessa instituição científica e foi nessa qualidade que, desde 1952 até 1955 e mesmo em 1957, trabalhámos em Olelas. Portanto, a nossa presença [nas “1.^{as} Jornadas Arqueológicas de Sintra”] dignifica a presença do Centro de Estudos de Etnografia Peninsular que, por intermédio do seu Presidente, o Exmo Sr. Professor Mendes Corrêa, entregou o estudo da estação àqueles que há 15 anos a fizeram sair de um esquecimento imerecido e nela localizaram jazidas de importância e monumentos” (Serrão & Vicente, 1958, p. 87).

Também as intensas actividades arqueológicas desenvolvidas por aquele arqueólogo no concelho de Sesimbra foram firmemente apoiadas pelo referido Centro de Estudos (Serrão, 1959a, p. 337). Ali, o auxílio prestado pelo Centro de Estudos de Etnologia Peninsular a E. da Cunha Serrão consubstanciou-se em vasto programa de investigações, patrocinado por Mendes Corrêa e por este apresentado à Junta Nacional de Educação em 1956, cujos resultados em breve se revelaram de suma importância (Serrão, 1959b).

J. Camarate França foi também beneficiário dos apoios concedidos por aquele Centro, que o recebeu como colabora-

dor: as prospecções arqueológicas que empreendeu na região de Lisboa, por vezes na companhia de O. da Veiga Ferreira e de G. Zbyszewski, ou mesmo as escavações então efectuadas, como a do notável depósito calcolítico de Samarra (França & Ferreira, 1958) são disso prova. Os apoios a grupo tão numeroso quanto heterogéneo tinham uma explicação: por muitos anos foi Mendes Corrêa Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, onde convergiam E. da Cunha Serrão, E. Prescott Vicente, e J. Camarate França; por seu turno, O. da Veiga Ferreira desempenhou funções de seu secretário particular, acompanhando todos os assuntos que lhe diziam respeito na capital. O profundo respeito que Veiga Ferreira votava a Mendes Corrêa encontra-se consubstanciado no facto de lhe ter dedicado a sua tese de doutoramento em Ciências Naturais, defendida na Universidade de Paris (Sorbonne) em 1965 e publicada um ano depois:

“Je dédie ce travail à mon Maître très regretté, le Professeur A. A. Mendes Corrêa, qui m’a honoré de son amitié, qui m’a guidé dans mes premières recherches et m’a constamment encouragé.” (Ferreira, 1966 p. 7).

Esta atitude, que sublinha bem a nobreza de carácter de Veiga Ferreira, foi notada por outro discípulo e sucessor de Mendes Corrêa à frente do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, o Prof. Jorge Dias, que, em missiva remetida a Veiga Ferreira, datada de 9 de Novembro de 1967, declara: “Gostei muito de ver a sua atitude para com o Prof. Mendes Correia. Infelizmente são poucos aqueles que se lembram dos seus mestres mortos. Isto mostra uma generosidade pouco vulgar em nossos dias” (*in* Cardoso, 2008, p. 654).

De todas as investigações arqueológicas promovidas pelo referido Centro, as mais importantes foram as efectuadas nos concheiros de Muge (Moita do Sebastião, Cabeço de Amoreira e Cabeço da Arruda), por Jean Roche e O. da Veiga Ferreira, nas décadas de 1950 e 1960, na sequência das que Mendes Corrêa



Figura 2. Mendes Corrêa no apogeu da sua actividade, na década de 1940 (arquivo do Doutor O. da Veiga Ferreira).

ali dirigiu na década de 1930 (Fig. 3). De tais apoios nos falam diversas cartas da correspondência de Veiga Ferreira (Cardoso, 1993/94), dos quais que resultou a publicação de importantes monografias (Roche, 1951, 1960; Ferembach, 1974), além de numerosos artigos científicos.

Mendes Corrêa revia em O. da Veiga Ferreira qualidades de empenho, dedicação e probidade científica e sobretudo uma grande paixão pela Arqueologia que eram bastantes para nele firmemente acreditar. Os apoios financeiros estenderam-se, no final da década de 1950, à sua permanência em Idanha-a-Velha, onde, de colaboração com Fernando de Almeida, procedeu a vastas explorações na cidade romano-visigótica da Egitânia, o primeiro projecto plurianual realizado em Portugal no âmbito da Arqueologia Urbana. Este último é bem claro quanto à importância do apoio recebido do referido Centro para o arranque das escavações (Almeida, 1956, p. 9):

“Não foi possível subsidiar os trabalhos para que requeríamos auxílio pecuniário. Felizmente, o Prof. Mendes Corrêa, que já conhecia Idanha-a-Velha, quis lá voltar [...]. Da visita, pormenorizada, resultou um subsídio concedido por aquele ilustre Professor através do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.”

Abel Viana foi outro ilustre arqueólogo que recorreu, em situação crítica, ao apoio Mendes Corrêa; para se compreender as condições que obrigaram o arqueólogo, então residente em Beja, a solicitar auxílio. Transcreve-se uma carta que endereçou a Mendes, e que constitui expressivo documento, escrito em folha A-4 lisa, com timbre do Centro de Estudos do Baixo Alentejo – Beja, datada de 13.12.1949:

“Meu Ex.^{mo} Amigo:

Rogo me desculpe o dactilografado. Tenho as mãos enregeladas. A minha caligrafia, normalmente má, sairia muito pior. Poupar-lhe-ei, assim, mais pesada maçada.



Figura 3. Mendes Corrêa observando a escavação de um esqueleto humano no concheiro da Moita do Sebastião, a 14 de Junho de 1952 (arquivo do Doutor O. da Veiga Ferreira).

Por intermédio do Dr. Zbyszewski, tem o meu ilustre e bom Amigo conhecimento do que se está passando entre mim e o Dr. Heleno. O modesto artigo que remeti ao Dr. Zby e a exposição por mim dirigida ao Instituto para a Alta Cultura talvez esclareçam suficientemente o assunto, razão por que não desejo roubar-lhe tempo com repetições. No fundo, a questão é esta. O Dr. Heleno que, com raras intermitências, me tem olhado sempre com desconfiança, pretende, de um só golpe, atingir dois fins: apanhar para o Etnológico (para o mistério das suas gavetas e caixotes) algumas coisas das estações elvenses e eliminar-me da actividade arqueológica. É evidente que não conseguirá por completo os dois intentos. O material não irá para as mãos dele. A maneira desleal e incorrecta como tratou o Dias de Deus e a fúria com que pretende visar-me obrigam-nos a dar ao material já obtido outro destino, sem prejuízo do património arqueológico nacional. Obrigar-me a abandonar a actividade arqueológica não será fácil, porque eu já não sei fazer outra coisa ... O que ele já conseguiu, porém, foi incomodar-me deveras, e obrigar-me ao desgosto de tomar uma atitude da qual sempre me defendi durante vinte e cinco anos! Ora desconfiava de mim e via-me com maus olhos, porque eu «era do Dr. Mendes Corrêa» ora porque eu «era do Rev. Jalhay», ora porque eu era «dos Arqueólogos», em suma, um nunca acabar de suspeitas. Quanto ao meu Ex.^{mo} Amigo, bem sabe como, infelizmente para mim, têm sido muito longe de estreitas, ou frequentes, as nossas relações. Relativamente ao mais, o meu cuidado em não querer tomar partido – só por não querer contribuir para agravamento de dissídios, porquanto nunca deixei de fazer o meu juízo – tem sido tal, que ainda hoje mesmo, recebendo um postal do Afonso do Paço, este me diz não querer ir para os lados de Montemor, a fim de evitar conflitos com os «meus amigos» – isto é, com o meu «grande amigo» Dr. Heleno! A injustiça de tais confusões define bem a acção nefasta do Dr. Heleno, na arqueologia e nas relações entre arqueólogos ou simples auxiliares de arqueólogos. Sempre que ofereci qualquer coisa a museu que não fosse o Etnológico, breve lhe sentia os efeitos. Ultimamente, a minha remessa de ossadas para o Porto, e muito principalmente a entrega do paleolítico do

Minho, do Algarve e do Baixo Alentejo aos Serviços Geológicos exasperaram-no. Senti-o logo. Tratava-me, nas cartas, por «prezado amigo» e passou a dar-me «Excelência»... Ainda o ano passado lhe mandei dois caixotes com material paleolítico do Minho. Não me agradeceu. Por diligências minhas, encaminhei-lhe para o Etnológico uma lápide árabe, de Serpa. Ficou a vila contra mim, e terei que experimentar-lhe os efeitos quando lá tornar; mas nem a Subsecção da Junta, nem ele, Heleno, a quem também escrevera particularmente, me comunicaram nada. Jamais esquecerei a violenta atitude que o Falcão Machado tomou para comigo em Faro, por ter suspeitado de que as explorações que eu então ali realizava se destinavam a canalizar material para o Etnológico, e não para o museu daquela cidade. Foi a câmara, por sinal, quem custeou as escavações. Em suma, tenho sofrido sempre, mais ou menos, as consequências das minhas correctas relações com o Dr. Heleno. É este, agora, quem me força a tomar atitude diferente. Ataca-me, maldosamente, velhacamente. Mente! Em Elvas não há destruições que me possam ser atribuídas. E no fim de contas o Dias de Deus foi o revelador e o salvador daquilo tudo. O papel de um orientador da arqueologia nacional não é esse, de proibir a actividade dos outros, de insultar os outros. De caminho, vai lançando mão ao trabalho alheio, sob capa de defender o património arqueológico nacional – que, pelo visto, só está bem protegido mas misteriosas gavetas e caixotes com que ele o aferrolha, negado ao estudo e ao serviço da cultura nacional. Continuarei a trabalhar com o Dias de Deus. Sofri em Elvas grandes fadigas e calores inclementes, a ajuntar às incontáveis estafas que tenho apanhado no estudo da arqueologia. Fiz grandes despesas, que só me foram possíveis mediante o auxílio do Instituto para a Alta Cultura. Agradará ao Dr. Heleno que este me seja retirado – para que eu não continue a proteger os “vândalos”. Rogo ao meu Ex.^{mo} Amigo me ampare perante esta insólita investida. Breve lhe enviarei outra exposição, a qual não respeita directamente ao Dr. Heleno. Se merecer atenção, fará dela o que entender. Perdoe-me a estopada que lhe dou. Creia-me seu muito dedicado e grato admirador,
Abel Viana.”

A razão essencial deste pedido de ajuda resulta de dissidência com origem nas explorações arqueológicas efectuadas por Abel Viana e A. Dias de Deus na região de Elvas, com destaque para as importantes necrópoles de incineração da Idade do Ferro, descobertas pelo último, que forneceram espólio importante (Viana & Deus, 1951, 1958), cobiçado pelo Director do Museu Etnológico. Dos conflitos então gerados com M. Heleno, nos dá Abel Viana expressivo relato, em folheto publicado em memória do seu malogrado companheiro (Viana, 1956). Ciente da primordial importância das necrópoles em causa, aquele procurou assenhorear-se da respectiva exploração, com prejuízo dos que ali tinham a prioridade, ainda que nada mais tivesse feito no terreno, nem publicado, a não ser o seu próprio parecer, no qual se pode ler o seguinte (Heleno, 1951, p. 94):

“Pelo que temos dito, podemos concluir que se torna necessária a intervenção da 2.^a Sub-Secção da 6.^a Secção [*da* Junta Nacional da Educação], no sentido de imprimir orientação científica às investigações a realizar nas estações descritas e evitar a destruição do que ficou e a perda dos espólios.”

Em nota infrapaginal, acrescenta que

“A insinuação que se fez numa revista estrangeira de ter o Director do Museu Etnológico sugerido a entrega a este do estudo das estações dos arredores de Vila Fernando não passa, como se vê, duma insídia.”

A verdade, porém era outra: a Junta Nacional da Educação conferiu de facto a responsabilidade da continuação das investigações ao Museu Etnológico, o que obrigou à suspensão das explorações desenvolvidas por A. Dias de Deus e A. Viana, sem que a ninguém tivesse aproveitado aquela decisão, muito menos à Arqueologia, situação de que os visados tinham plena consciência: na referida “revista estrangeira”, os dois amigos declaram:

“Hacemos votos para que excavaciones de mayor envergadura se practiquen a tiempo de evitar los daños o destruccion-

nes naturalmente ocasionados por el creciente empleo de poderosas maquinas de labor” (Viana & Deus, 1951, pp. 91-92),

no que estavam cheios de razão. Como se disse, as escavações não tiveram continuidade, perdendo-se o muito que ainda haveria conservado no solo, situação de que M. Heleno será o principal responsável. Este episódio vem confirmar inteiramente o seu estranho empenho em dificultar o trabalho científico alheio, realidade que transparece em outros contextos e protagonistas, registada em correspondência da época (cf. Cardoso, 1993/1994). Este Professor Catedrático de Arqueologia da Faculdade de Letras, que, por preceito legal era, em acumulação, Director do Museu Etnológico do Doutor Leite de Vasconcelos, então estabelecimento anexo à referida Faculdade, foi um dos discípulos dilectos do Mestre de quem o Museu ostentava o nome. O seu desempenho, porém não esteve à altura daquele, segundo opinião de alguns de seus pares, como Orlando Ribeiro, o qual declara, na “Prefação” do último volume póstumo (o X) da *Etnografia Portuguesa*, a mais notável obra do Mestre, o seguinte:

“Aos seus testamenteiros competia levá-la por diante. Nisso lhe foram relativamente adversos os factos. Silva Correia, Abílio Roseira, Cláudio Basto morriam prematuramente; fiquei eu e Manuel Heleno. Não houve, porém, meio de contar com a ajuda deste último, que incompreensível e estranhamente sempre foi obstáculo a que se cumprisse a vontade do Mestre.” (Ribeiro, 1988, p. VI).

Já no volume anterior, Orlando Ribeiro se refere a Manuel Heleno como

“o mais lamentável aluno de Leite de Vasconcellos, que teve como escopo apoucar o esforço do Mestre e, durante quase duas dezenas de anos, impedir a publicação das obras em que, como testamenteiro, lhe cabia a parte principal de execução. Por estranho que pareça, há pessoas de tal modo negativas

que, só por desaparecerem, podem fazer ressurgir o sector da ciência a que entravavam a marcha.” (Ribeiro, 1985, p. XII).

O que ficou dito não contraria, porém a notável actividade arqueológica de terreno de M. Heleno: esta, encontra-se bem demonstrada em artigo que muitos, injustamente e de forma superficial e precipitada consideram auto-panegírico (Heleno, 1956); contudo, nas escassas páginas que o constituem, encontra-se o mais extraordinário relato de descobertas e considerações originais de índole arqueológica, feito na primeira pessoa, que até ao presente e em Portugal se devem a um só arqueólogo, trabalhando deliberadamente isolado. Os seus cadernos de campo, em boa hora adquiridos à Família por particular em 1997 e por este depois vendidos ao Estado, constituem, outrossim, a prova do seu empenho e dedicação à Arqueologia, consubstanciada por décadas de escavações em estações arqueológicas de quase todos os períodos e todas, sem excepção da mais alta importância científica, cuja descoberta e exploração se lhe ficou a dever. Esta constatação, aliás no seguimento das considerações anteriormente feitas por um seu próximo colaborador, o Prof. Manuel Farinha dos Santos (Santos, 1987) vem provar que um estudo sobre a vida e a obra daquele que foi entre 1930 e 1964 Director da mais visível instituição arqueológica portuguesa, pode conduzir a conclusão mais objectiva e rigorosa da sua actividade.

Quanto a Abel Viana, o recurso a Mendes Corrêa conheceu desenvolvimentos positivos, tendo Mendes Corrêa prontamente dado andamento à questão, como se depreende do conteúdo da carta que O. da Veiga Ferreira, na qualidade de secretário particular daquele e em seu nome, endereçou a Abel Viana (folha A4 lisa, não datada, decerto do final de Dezembro de 1949):

“Meu caro Prof. Abel Viana

Saúde! Falei hoje com o Prof. Mendes Corrêa que lhe manda um abraço e que lhe pede o seguinte: em virtude

de na última reunião da Junta o [...] do Heleno o ter novamente atacado sobre as escavações do Dias de Deus e suas, o Prof. Mendes Corrêa conseguiu suspender algumas resoluções estúpidas que haviam sido propostas por esse pateta até à próxima reunião da Junta que será em 16 de Janeiro do ano que vem. Para que a derrota desse [...] seja total, no que diz respeito às ambições desmedidas que ele alimenta sobre o que o amigo descobre assim como o Dias de Deus, é necessário que se assentem daqui para o futuro algumas precauções:

1.º – O Prof. Mendes Corrêa considerou-o como trabalhando no Centro de Estudos da sua presidência.

2.º – É necessário que o Prof. Abel Viana mande uma carta contando o que tem feito como escavações procurando justificar o motivo das mesmas.

3.º – De futuro deverá comunicar, sempre que apareça alguma coisa, ao Prof. Mendes Corrêa de modo a estar sempre ao corrente do que vai fazendo ou aparecendo.

4.º – Uma vez feita a comunicação o Prof. tomará, perante a Junta, a respectiva responsabilidade, porém, só o poderá fazer estando bem documentado para resistir aos ataques do [...].

Não esqueça pois estes pormenores e mande quanto antes a carta em que conte o que tem feito ultimamente como escavações. É necessário que o Prof. Mendes Corrêa esteja sempre bem ao facto de tudo para o poder defender. No próximo ano quando vier a Lisboa vamos conversar longamente com o Prof. Mendes Corrêa e assentar em todos os pormenores possíveis para contrariar essa [...].

Fique tranquilo porque os seus verdadeiros amigos nunca o abandonarão. Cumprimentos a todos com um abraço do sempre amigo

Veiga Ferreira.”

Esta missiva é importante por ilustrar a estratégia de Mendes Corrêa no concernente ao apoio que se dispunha a proporcionar a Abel Viana e, por extensão, a todos aqueles que o requeressem, no âmbito do Centro de Estudos de Etnologia

Peninsular, no decurso da década de 1950, já no ocaso da sua profícua vida científica (Fig. 4).

5. Conclusão

Das polémicas científicas ou simples diferendos, mantidas por Mendes Corrêa com, entre outros, Manuel Heleno, José Coelho ou H. Vallois, esta última abalando definitivamente a credibilidade do seu *Homo afer taganus*, ou ainda com Damião Peres, acerca da antiguidade e individualidade do Povo Português resultaram, sempre, escritos vigorosos e claros, onde transparecia um espírito frontal e corajoso.

Afirmando-se, essencialmente, como especialista do Homem, nas duas vertentes que considerava indissociáveis, a física e a cultural, cultivou, de forma conseqüente e em simultâneo, várias áreas científicas, abordando questões complexas de modo que hoje diríamos transdisciplinar, do foro da Geografia, da História, da Arqueologia, da Etnografia, da Paleo-Antropologia. O sucesso desta maneira de ser e de estar, só foi possível pela sua vasta cultura humanística, servida por um espírito eminentemente científico: este aspecto fundamental da sua actividade constitui forte traço de união a outro médico, formado, como ele, pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto, o Doutor J. Leite de Vasconcelos. Tal como neste, a Arqueologia aparece como um domínio onde se cruzavam saberes de origens muito diversas, constituído, em ambos, área privilegiada de aplicação da erudição e capacidade intelectual de excepção que ambos possuíam. A morte prematura, em 1933, de Rui Serpa Pinto, que foi seu discípulo dilecto, tê-lo-á deixado algo desamparado e desmotivado para o prosseguimento dos estudos arqueológicos de terreno. Na actividade de Mendes Corrêa passaram a pesar, cada vez mais, os estudos antropológicos das populações actuais do então espaço português de Além-Mar, a par de questões de carácter administrativo, nas quais pôs todo o seu talento

como organizador e motivador de vocações, na qualidade de Professor, que nunca deixou de o ser, alicerçado num peso político/institucional cada vez maior.

À forte participação de Mendes Corrêa na organização do XV Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Histórica, que decorreu em Portugal de 21 a 28 de Setembro de 1930, sucedeu-se, em 1940, a presidência do Congresso de Pré e Proto-História, o 1.º de uma série organizada naquele



Figura 4. Mendes Corrêa aquando das explorações da jazida solutrense de Monte da Fainha (Evoramonte), a 9 de Dezembro de 1955 (arquivo do Doutor O. da Veiga Ferreira).

ano sob a designação de Congresso do Mundo Português, comemorativo do duplo centenário da Fundação e da Restauração da Nacionalidade. Este Congresso, que na verdade correspondeu ao primeiro congresso nacional de Arqueologia realizado em Portugal, fez-se sob forte pendor nacionalista, perfilhado por Mendes Corrêa como Homem do tempo, expresso nos seus escritos sobre as origens do Povo Português, os quais, porém sempre procurou que não extravasassem o domínio científico.

Os sucessos das empresas em que se envolveu e patrocinou reverteram, frequentemente, a favor de terceiros, nisso se consubstanciando o que entendia como sua obrigação estrita: o expressivo volume de Homenagem organizado em 1959 pela Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e pelo Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, Instituições de que foi fundador e Director, é disso prova. Foram inúmeros os colegas e discípulos que nele quiseram colaborar, de Portugal e do estrangeiro, destacando-se, entre estes últimos, eminentes arqueólogos como H. Breuil, F. Bouza-Brey, J. Maluquer de Motes, J. M. Blázquez, P. Bosh-Gimpera, J. Desmond Clark, A. Garcia y Bellido, J. Roche e R. Dart. Na sessão de homenagem que lhe prestou em 1957 a Sociedade de Geografia de Lisboa, de que foi por largos anos Presidente, afirmou (*in* Teixeira, 1964, p. 22):

“Reconheço que tenho procurado ser mais útil aos outros do que a mim, que me tenho norteado sempre por normas de boa fé, de sinceridade, de probidade que não têm, aliás, nada de notável, pois as julgo atributos indispensáveis de todo o homem consciente e digno da nossa posição na escala dos seres vivos.”

Tais declarações só reforçam o alto perfil moral de Mendes Corrêa, que jamais desmereceu do científico.

Na procura afincada das origens do Povo Português, explorou as vias susceptíveis de suportar a sua tese mais querida,

defendida até aos seus derradeiros trabalhos, a da antiguidade genética dos Portugueses (Corrêa, 1959, p. 26). São suas as palavras com que termina este trabalho, proferidas no discurso inaugural do Congresso do Mundo Português – Congresso de Pré e Proto-História (Corrêa, 1944, pp. 148-149), que sintetizam todo o seu pensamento científico, humanista de formação naturalista, servido por prosa quente e empenhada como, afinal, foi toda a sua vida:

“Os seres vivos têm um embriologia. Uma Nação, ser vivo, tem uma ontogénese, indubitavelmente longa, complexa e obscura, mas real e necessária. Não há nascimento sem germe e sem um condicionamento apropriado de desenvolvimento. O germe do povo português não surgiu apenas há oito séculos; é multimilenário, como multimilenário é o seio materno que gerou e agasalhou, esta terra bendita e formosa de Portugal”.

Agradecimentos

Ao Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida, que apoiou com interesse o autor na árdua tarefa de reunir elementos para a redacção deste trabalho.

À Dr.^a Seomara da Veiga Ferreira, que entregou ao Autor o estudo do espólio documental de seu Pai, o Doutor O. da Veiga Ferreira autorizando-o a publicar documentos relevantes.

À Presidência da Academia das Ciências de Lisboa pela autorização concedida na consulta do Processo Académico do Prof. Mendes Corrêa, ali conservado.

À Presidência da Academia Portuguesa da História pela permissão da consulta do Processo Individual do Professor Mendes Corrêa, pertencente ao Arquivo da Academia.

ANEXO

UM DECRETO INFELIZ E DESLOCADO

O Decreto n.º 21 117, de 18 de Abril de 1932, publicado no *Diário do Governo*, I Série, n.º 91, que regulamentou as escavações arqueológicas em Portugal estabeleceu, no Capítulo III – *Das escavações e arrolamento das antiguidades nacionais*, o seguinte:

“[...]

Art. 9.º – Os indivíduos que pretenderem realizar escavações em imóveis não classificados são obrigados a comunicá-lo ao Ministério da Instrução Pública, Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, que as autorizará, quando dirigidas por técnicos competentes, depois de ouvido o director do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos.

[...]

Art. 11.º – O Ministério da Instrução Pública poderá mandar inspeccionar os trabalhos de exploração de antiguidades e, quando os mesmos não obedecerem a critério científico, embargar a sua continuação. Parágrafo único. Para evitar a dispersão dos espólios arqueológicos ficam *proibidas* escavações nas regiões onde o Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos as estiver realizando enquanto este não as der oficialmente por terminadas.

Art. 12.º – O Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos funcionará como organismo central de vigilância e de investigação arqueológica.

[...]

Art. 14.º – O Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos promoverá, na medida das suas possibilidades, a organização de inventários dos museus locais particulares ou oficiais e o levantamento da carta arqueológica de Portugal.

[...]

Art. 17.º – Ao Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos compete velar pela conservação das antiguidades nacionais pré-históricas, proto-históricas, lusitano-romanas e requerer ao Ministério da Instrução Pública as providências que julgar necessárias a esse fim.

Art. 18.º – O Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos diligenciará promover a acertada classificação dos museus arqueológicos particulares e oficiais quando estes não estiverem cientificamente organizados.”

Pelo articulado deste Decreto, é claro o propósito de assegurar para o Museu Etnológico o domínio absoluto da actividade arqueológica em Portugal, tanto no respeitante a escavações, como no tocante à gestão do património móvel delas resultante. Este duplo objectivo, talvez justificável no início do século, quando a investigação arqueológica desenvolvida pelos Serviços Geológicos decaiu, afirmando-se Leite de Vasconcelos como seu principal obreiro, cobrindo, com a sua notável actividade, todo o território nacional, mercê de uma bem montada rede de diligentes colaboradores regionais, carreando deste modo para o único museu de carácter nacional todas as antiguidades mais relevantes que pudesse, já não tinha sentido nos inícios da década de 1930. de facto, este decreto, que pretendia oficializar tal situação – o que era insustentável –, foi sentido como grave injustiça por todos aqueles que, tanto no âmbito das Universidades, como no de instituições de reconhecido mérito e idoneidade, como a Associação dos Arqueólogos Portugueses ou a Sociedade Martins Sarmiento, pretendiam desenvolver as suas actividades no terreno, não reconhecendo no Director do Museu Etnológico qualquer ascendência científica ou técnica. Breve foi enviada ao Ministro da Instrução uma exposição subscrita por importante grupo de Professores universitários e investigadores, do seguinte teor, publicada em vários periódicos da época:

“Os sinatários, que representam a quasi totalidade dos investigadores portugueses que se ocupam de escavações

arqueológicas vêm perante V. Ex.^a exprimir o mais vivo desgosto pelo facto de no Decreto n.º 21 117 serem consignadas disposições que, se fossem mantidas, prejudicariam gravemente o desenvolvimento dos estudos arqueológicos em Portugal.

Poucos são infelizmente entre nós os que se consagram a esta ordem de estudos. O Decreto n.º 21 117, convertendo a Arqueologia Nacional em domínio do Director do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, ainda mais reduziria esse número, porque ofende lamentavelmente os actuais investigadores que não pertencem ao dito Museu, desgostando-os e restringindo-lhes sem qualquer razão científica a sua actividade, e, por outro lado, nega o estímulo a novas iniciativas pois todas ficam inexplicavelmente dependentes do beneplácito do director do museu mencionado.

Não é o dito director a única entidade da sua categoria oficial que no país se ocupa, por dever do cargo, destes assuntos, e não pode ele abranger, praticamente, com conhecimento directo da causa, toda a extensão do território nacional e todos os sectores da complexa ciência arqueológica.

O exclusivo da fiscalização e a centralização das investigações nas suas mãos, bem como o olvido completo nas disposições proteccionistas do parágrafo único do art. 11.º das escavações promovidas por outras entidades, de idoneidade notória, representam um monopólio científico pessoal que viria aniquilar de facto todos os esforços estranhos, se porventura o decreto viesse a ser cumprido nos termos em que foi redigido.

Se, pelo contrário, os poderes conferidos ao aludido funcionário e ao Museu da sua direcção fossem antes outurgados a um Conselho ou Junta em que, além daquele Museu, tivessem representação os núcleos de investigação existentes no país e de reputação científica estabelecida, não só os de carácter oficial como os constituídos por sociedades ou corporações privadas, a eficácia do decreto seria evidente e ao personalismo que ele favorece, substituir-se-iam uma ampla solidariedade e uma útil suplência de esforços.

Já em tempos o grupo glorioso da «Portugália» a que pertenceram individualidades como Ricardo Severo, José For-

tes, Rocha Peixoto e Fonseca Cardoso, manifestou com êxito o seu fundado desacordo para com propósitos de centralização análogos aos sancionados no Decreto n.º 21 117.

Como pode o Museu Etnológico fiscalisar e centralisar, por exemplo, investigações de Serviço Geológico e de Institutos universitários cuja autonomia científica nunca foi posta em discussão?

O Serviço Geológico de Portugal possui a mais brilhante tradição de escavações que tem havido no nosso país. Carlos Ribeiro, Nery Delgado, Pereira da Costa não fizeram «bric-à-brac» ou esgravatadelas de acaso, mas escavações metódicas que honram os seus nomes e Portugal e atraíram as atenções mais vivas dos especialistas estrangeiros. A actividade do Serviço Geológico diminuiu relativamente à paleo-anthropologia mas é de esperar e desejar que se renove, e, de resto, o material coligido tem sido ali objecto permanente de estudo. Poderá ao director do Museu Etnológico, professor duma Faculdade de Letras (a de Lisboa), ser atribuído o papel de fiscalisar ou regular essa actividade em domínios de ciência, como a estratigrafia, a paleontologia e a anthropologia, que estão fora do respectivo campo de estudos? O mesmo se passa em relação aos Institutos Universitários de Geologia e Anthropologia. A estratigrafia e a paleontologia do quaternário, a paleo-anthropologia, são assuntos em que se não pode exigir competência a um professor de ciências históricas duma Faculdade de Letras. É erróneo supor que a Prehistória e a História dispõem de métodos idênticos.

Mas acresce ainda que em nenhum outro ramo de estudos universitários, se estabeleceu até hoje, entre os respectivos institutos, a dependência que se visa criar para com o Museu Etnológico o qual é anexo à Faculdade de Letras de Lisboa (p. 42 do Orçamento de despesa do Ministério da Instrução para 1931-1932). Entre os estabelecimentos cuja actividade se pretende coordenar no dito Museu, há alguns que teem recebido da Junta de Educação Nacional subsídios expressamente consignados a escavações ou que, nos termos da legislação universitária, foram elevados à categoria de «Institutos de Investigação Científica». A condição essencial para esta ele-

vação é, nos termos do Decreto n.º 19026, que se verifique terem os professores catedráticos seus directores um mínimo de tempo de serviço e serem “autores de valiosa obra científica demonstrada por trabalhos publicados dentro dos dez anos que precederam a proposta”. Esta necessita ainda de reunir 2/3 dos votos do Conselho Escolar respectivo para ser aprovada pelo Governo.

Ora, não sendo o professor que dirige o Museu Etnológico também Director dum Instituto de Investigação Universitária nos termos do Decreto n.º 19 026, como pode ele sobrepor-se a institutos que estão nas condições desse decreto ou a qualquer outra entidade expressamente incumbida de escavações?

Foi inteiramente esquecido que sob a direcção de professores das Universidades de Coimbra e Porto se tem realizado nos últimos anos, além de outras, em Condeixa e Muge (respectivamente), escavações sistemáticas que mereceram o elogio dos especialistas estrangeiros que as visitaram durante o Congresso Internacional de Antropologia Prehistórica de 1930. Diapositivos destas escavações foram solicitados, como exemplos de método, pelo Conde du Mesnil de Buisson, eminente director da Missão Arqueológica Francesa na Síria, para ilustrarem as lições do curso de escavações por ele dirigido na Escola do Louvre, em Paris.

Sr. Ministro: Os sinatários, avessos a qualquer personalismo, são, entretanto, forçados a declarar que desconhecem as indicações que determinaram a entrega ao Director do Museu Etnológico duma função cujo exercício por uma só pessoa é inédito na legislação de países em que a Arqueologia está incomparavelmente mais adiantada do que entre nós, e mesmo em Portugal, em que para os vários serviços públicos existem juntas, conselhos e comissões, ao lado das direcções gerais e repartições respectivas.

Não basta ser director dum Museu Etnológico para exercer num ramo da ciência portuguesa um papel tutelar e centralizador que nunca individualidades da envergadura de Schliemann, Evans, Cartailhac, Dechelette, Boule, Schulten, Obermaier, Bosch Gimpera, Ramon Melida, Gomez Moreno, etc., se lembraram de assumir nos respectivos países.

Seria bem preferível, a nosso ver, uma coordenação salutar de esforços por uma comissão em que estivessem representados todos os que em Portugal teem autoridade científica e o dever de intervir no assunto. Essa comissão teria a seu turno delegados regionais como sucede noutros países. Não se trataria assim duma inexequível e indefensável centralisação na pessoa do director dum Museu. Mas o que sobretudo seria para desejar era que se subvencionassem largamente os serviços capazes de exumar do solo sagrado da Pátria os mais antigos documentos da vida humana neste recanto do mundo.

É na esperança de que serão ponderadas as circunstâncias anómalas criadas à Arqueologia Portuguesa e aos seus cultores pelo Decreto n.º 21 117 que os sinatários apresentam à consideração de V. Ex.^a esta exposição inspirada apenas na consciência dos seus deveres para com a Pátria e para com a ciência que desinteressadamente servem.

Saúde e Fraternidade. – Lisboa, 23 de Maio de 1932.”

Assinam o documento, entre outros: António Augusto Mendes Corrêa, José de Pinho, Pedro Vitorino, Aarão de Lacerda, Eusébio Tamagnini, Vergílio Correia, Aristides de Amorim Girão, Alberto Souto, Alfredo Ataíde, Rui de Serpa Pinto, J. R. dos Santos Júnior, Luís de Pina, Eugénio Jalhay, Joaquim Fontes, Félix Alves Pereira, Afonso do Paço, Arthur Cohen (Eng. Chefe dos Serviços Geológicos) e Mário Cardozo.

Esta reacção firme, imediata e concertada teve efeitos positivos: em breve o articulado em causa sofria alterações profundas, retirando ao Director do Museu Etnológico os poderes discricionários que detinha, remetendo-o para papel muito mais modesto: seria doravante apenas um entre diversos membros de uma comissão consultiva criada pelo Decreto-Lei n.º 23 125, de 12 de Outubro de 1933 (*Diário do Governo*, I Série, n.º 232). Trata-se da Junta Nacional de Escavações e Antiguidades, antecessora imediata de 2.^a Subsecção – Antiguidades, Escavações e Numismática da 6.^a Comissão de Belas-Artes da Junta Nacional de Educação, criada em 1936, a qual viria a superintender a

actividade arqueológica em Portugal até 1977, ano em que foi extinta.

O art. 2.º do Decreto-Lei supracitado determinou a seguinte constituição para a referida Junta Nacional de Escavações e Antiguidades:

“Director-geral do ensino superior e das belas-artes, que será o presidente; o presidente da Junta de Educação Nacional; o presidente do Conselho Nacional de Belas-Artes; o director do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos; o engenheiro chefe dos Serviços Geológicos de Portugal; um delegado da Associação dos Arqueólogos Portugueses; três vogais nomeados pelo Governo de entre os professores das Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra e individualidades de notória competência em investigações arqueológicas; e o conservador do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, que servirá de secretário.”

Com o objectivo de deixar bem claro o novo modelo de gestão, o art. 7.º estipulou explicitamente que passariam “a ser da competência da Junta” as atribuições conferidas pelo Decreto anterior “ao Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos e ao seu director, que no entanto prestarão à Junta a colaboração que estiver na medida das suas possibilidades”: a nítida perda de influência legal que, em 1933, M. Heleno sofreu na arqueologia nacional, jamais a perdoou aos que a motivaram, com Mendes Corrêa em lugar de destaque.

Referências bibliográficas

- ALARCÃO, J. de (1992). “Etnogeografia da Fachada Atlântica Ocidental da Península Ibérica”. *Complutum*, Madrid, 2-3: 339-345.
- ALMAGRO, M. (1952). “La Invasión Céltica. Los Campos de Urnas de España”. In: MENÉNDEZ PIDAL, R. (dir.), *Historia de España*, Madrid, I (2), pp. 221-222.
- ALMEIDA, F. de (1956). “Notas Sobre as Primeiras Escavações em Idanha-a-Velha”. *Actas XXIII Congresso Luso-Espanhol da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências (Lisboa, 1956)*, 8, pp. 9-14.
- ALMEIDA, J. Mendes de (1965). “Reflexões em Torno de Avieno e do Poema *Ora Marítima*. I”. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, Série 83 (1-3 e 4-6): 25-34.
- (1967). “A Orla Marítima Portuguesa num Texto do Séc. VI Antes de Cristo”. *Bol. Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra*, Sesimbra, 4: 61-68.
- (1997). “*Olisipo / Lisboa, a Cidade Dita de Ulises*”. *Olisipo*, Lisboa, S. II (5): 13-14.
- ARNAUD, J. M. (1987). “Os Concheiros Mesolíticos dos Vales do Tejo e Sado: Semelhanças e Diferenças”. *Arqueologia*, Porto, 15: 53-64.
- ARRUDA, A. M. (1993). “A Ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no Contexto da Expansão Fenícia para a Fachada Atlântica Peninsular”. *Estudos Orientais*, Lisboa, 4: 193-214.
- (1999/2000). *Los Fenicios en Portugal*, Barcelona: Universidad Pompeu Fabra de Barcelona (Cuadernos de Arqueología Mediterránea, 5/6).
- ATAÍDE, A. (1940). “Novos Esqueletos Humanos dos Concheiros Mesolíticos de Muge”. *Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso da Pré e Proto-História de Portugal (Congresso do Mundo Português, I Congresso)*, Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1: 627-651.
- CARDOSO, J. L. (1993-1994). “A Arqueologia Portuguesa do Pós-Guerra Vista pela Correspondência de O. da Veiga Ferreira a Abel Viana”. *O Arqueólogo Português*, Lisboa, S. IV (11-12): 291-338.
- (1999). O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia portuguesa. *Al-Madan*, Almada, Série II (8): 138-156.
- (2007). *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.

- (2008). Correspondência seleccionada enviada a O. da Veiga Ferreira: cinquenta anos de actividade arqueológica (1946-1995). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Oeiras, 16: 383-408 (Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira).
- CARDOSO, J. L. e CARREIRA, J. R. (1993). “Le Bronze Final et le Début de l’Âge du Fer dans la Région Riveraine de l’Estuaire de Tage”. *Mediterrâneo*, Lisboa, 2: 193-206.
- CARDOSO, J. L. & ROLÃO, J. M. (1999/2000). Prospecções e escavações nos concheiros mesolíticos de Muge e de Magos (Salvaterra de Magos): contribuição para a história dos trabalhos arqueológicos efectuados. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Oeiras, 8: 83-240.
- COELHO, J. (1924). *Estudos Pré-históricos. II. Policromia megalítica*, Viseu: Tipografia Popular.
- (1942). *Etnologia Regional. II Património Etnológico da Beira*, Viseu: edição do autor.
- (1972). Breve Nota Sobre a Epigrafia duma Pequena Placa de Xisto Goda, Proveniente de Plasencia (Espanha), Hoje no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. *O Arqueólogo Português*, Lisboa, S. III (6): 275-280.
- CORRÊA, A. A. Mendes (1915). “Contribuição Para o Estudo Antropológico da População da Beira Alta”. *Annaes da Academia Polytechnica do Porto*, Coimbra, 10 (separata).
- CORRÊA, A. A. M. (1916). “Sobre Alguns Objectos Proto-históricos e Lusitano-Romanos Especialmente de Alpiarça e Silvã”. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 21: 331-337.
- (1917). “Novos Subsídios Para a Antropologia Portuguesa. *Asociación Española para el Progreso de las Ciencias. Congreso de Sevilla*, Madrid, pp. 142-150.
- (1919a). “Origins of the Portuguese”. *American Journal of Physical Anthropology*, 2 (2): 117-145.
- (1919b). *Raça e Nacionalidade*, Porto: Renascença Portuguesa.
- (1921). “Examen de los Huesos Encontrados en el Anta 7ª de la Heredad de la Caeira”. In: CORREIA, V., *El Neolítico de Pavia*. Madrid: Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas, Madrid, 27: 109-113.
- (1924). *Os Povos Primitivos da Lusitânia*, Porto: Figueirinhas.

- (1925-1926). “As Pinturas do Dólmen do Padrão (Vandoma)”. *O Arqueólogo Português*, Lisboa, 27: 128-136.
- (1925a). *A Antropologia nas Suas Relações com a Arte*, Porto: Renascença Portuguesa.
- 1925b). “O Significado Genealógico do *Australopithecus* e do Crânio de Tabgha e o Arco Antropofílético Índico”. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, Porto, 2 (3): 249-286.
- (1926a). “O Homem Terciário em Portugal”. *Lusitânia – Revista de estudos portugueses*, Lisboa, 3 (9) (separata).
- (1926b). *Homo (os modernos estudos sobre a origem do Homem)*, 2.^a edição, Coimbra: Atlântida.
- (1928a). “A Lusitânia Pré-Romana”. In: PERES, Damião, *História de Portugal*, Barcelos: Portucalense Editora, I: 79-214.
- (1928b). “Sur Une Inscription Proto-Iberique d’Alvão”. *Trabalhos da SPAE*, Porto, 3(4): 299-310.
- (1928c). “L’Authenticité d’Alvão: réponse à M. Dussaud”. *Trabalhos da SPAE*, Porto, 4 (1) (separata).
- (1928d). Nouveaux Documents sur l’Art Préhistorique en Portugal. *Revue Anthropologique*. Paris. 38^e année (4-6): 169-176.
- (1928e). “Nouvelles Recherches sur l’Homme Tertiaire en Portugal”. *Actas da 3.^a Sessão do Instituto Internacional de Antropologia (Amsterdão, 1927)*, Paris: Nourry (separata).
- (1929a). *A Geografia da Pré-história*, Porto: Inst. de Antropologia da Fac. de Ciências da Universidade do Porto.
- (1929b). *Geologia e Antropologia em Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional (edição da Exposição Portuguesa em Sevilha).
- (1930). “Relatório da Secção de Arqueologia Pré-Histórica (1929-1930)”. *Arqueologia e História*, Lisboa, 9: 141-145.
- (1931). “Contribuição para a Antropologia da Idade do Ferro em Portugal”. *Trabalhos da SPAE*, Porto, 5 (1): 61-88.
- (1933-1935). “*Urnenfelder* de Alpiarça”. *Anuário de Prehistoria Madrileña*, Madrid, 4-7: 133-137.
- (1933a). “A Posição Sistemática do esqueleto de Combe-Capelle”. *Trabalhos da SPAE*, Porto, 6 (2): 105-140.
- (1933b). “No Centenário de Martins Sarmento”. *Integralismo Lusitano*, Lisboa, 2 (1): 11-11; 2 (2): 96-107.

- (1933c). “Les Peintures Mégalithiques de Cota (Beira Alta). Lettre à Monsieur le Prof. H. Breuil”. *Trabalhos da SPAE*, Porto, 6 (2): 157-161.
- (1933d). “Les Inscriptions de Parcela, Alvão et Lerilla”. *C. R. XV^e Congrès International d’Anthropologie & d’Archéologie Préhistorique (Paris, 1931)*, Paris: Nourry (separata).
- (1933e). “Les Nouvelles Fouilles à Muge (Portugal)”. *C. R. XV^e Congrès International d’Anthropologie & d’Archéologie Préhistorique (Paris, 1931)*, Paris: Nourry (separata).
- (1934a). “La Atlântida y los Orígenes de Lisboa”. *Investigacion y Progreso*, Madrid, Año VIII (7-8): 221-225.
- (1934b). “Moron”. *Trabalhos da SPAE*, Porto, 6 (3): 251-257.
- “A Teologia e a Origem do Homem”. *Trabalhos da SPAE*, Porto, 7 (1): 54-61; 7 (2/3): 164-175.
- (1936). “A Propósito do *Homo Taganus*. Africanos em Portugal”. *Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém* (separata).
- (1938). “Arqueologia e Biologia”. *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, 4: 245-261.
- (1940). “Novas Estações Líticas em Muge”. *Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso de Pré e Proto-História (I Congresso). Congresso do Mundo Português*, Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1: 113-127.
- (1944). “Raízes de Portugal”, 2.^a edição. *Revista Ocidente*, Lisboa,
- (1947). “Histoire des Recherches Préhistoriques en Portugal”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 11 (1/2): 115-170.
- (1949). “Notas Sobre o Espólio Antropológico da Eira Pedrinha”. In: CORRÊA, A. M. & TEIXEIRA, C., *A Jazida Pré-histórica da Eira Pedrinha (Condeixa)*, Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal: 29-64.
- (1951a). “Avant-Propos”. In: ROCHE, J., *L’Industrie Préhistorique du Cabeço d’Amoreira (Muge)*, Porto: Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.
- (1951b). “Reverendo P.^e Eugénio Jalhay, S.J.”. *Arqueologia e História*, Lisboa, S. VIII (5): 67-82.
- (1956). “Notice Préliminaire Sur les Squelettes Préhistoriques de Moita de Sebastião (Muge)”. *Crónica IV Congreso Internacional de Ciências Prehistóricas y Protohistóricas (Madrid, 1954)*. Zaragoza, 133-139.

- (1958). “Elogio do Sábio Prof. Dr. José Leite de Vasconcelos”. *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, 30: 295-319.
- (1959). “Leite de Vasconcellos Fautor da Consciência Nacional”. *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958)*, Lisboa, 1: 15-26.
- CORRÊA, A. A. M.; ALMEIDA, A. de & FRANÇA, J. Camarate (1964). “Sobre alguns exemplares com fácies paleolítica de Timor Português”. *Estudos sobre Pré-História do Ultramar Português*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Memória n.º 50, 2.ª Série, vol. 2: 13-33.
- COSTA, M. Alves (1932). “Secção de Arqueologia Pré-Histórica”. *Arqueologia e História*, Lisboa, 10: 170-172.
- DIOGO, A.M. Dias (1993). “Materiais da Idade do Ferro provenientes de Chões de Alpompe”. *Estudos Orientais*, Lisboa, 4: 215-227.
- DIOGO, A. M. Dias e FARIA, A. J. (1985). “Moedas Romanas Provenientes dos Chões de Alpompe (Santarém)”. *Arqueologia*, Porto, 11: 120-122.
- DOMÍNGUEZ DE LA COCHA, A. (1995). “Áreas Onomásticas en el S.O. Peninsular”. In: M. RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO (ed.), *Ritos de Paso y Puntos de Paso. La ría de Huelva en el mundo del Bronce Final europeo. Complutum Extra*, Madrid, 5: 115-128.
- FEREMBACH, D. (1974). *Le Gisement Mésolithique de Moita do Sebastião, Muge. Portugal. II Anthropologie*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura.
- FERREIRA, J. Ribeiro (1985). *Orla Marítima. Avieno*. Lisboa: INIC.
- FERREIRA, O. da Veiga (1966). *La Culture du vase campaniforme au Portugal*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Memória n.º 12. Nova Série).
- FRANÇA, J. Camarate & FERREIRA, O. da Veiga (1958). “Estação Pré-Histórica da Samarra (Sintra)”. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Lisboa, 39: 61-86.
- HELENO, M. (1935). “Jóias Pré-Romanas”. *Ethnos*, Lisboa, 1: 229-257.
- (1948). *O Problema Capsense. Contribuição portuguesa para a sua revisão*. Lisboa: edição do autor (versão diferente da publicada em *Ethnos*, 3: 493-494).
- (1956). “Um Quarto de Século de Investigação Arqueológica”. *O Arqueólogo Português*, Lisboa, S. II (3): 221-237.

- HERVÉ, G. (1930). De l'Existence d'un Type Humain à Caractères Vraisemblablement Négroïdes, dans les Dépôts Coquilliers Mésolithiques de la Vallée du Tage (lettre à M. le Professeur A. A. Mendes Corrêa)". *Revue Anthropologique*, Paris, 40^e année, 10-12 (separata).
- KALB, P. e Hock, M. (1980). "Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrikt Santarém). Vorbericht über die rabung im Januar und Februar 1979". *Madrider Mitteilungen*, Heidelberg, 21: 91-104.
- LAUTENSACH, H. (1996). "Geografia da População". *Geografia de Portugal. 3. O Povo Português*, 2.^a edição, Lisboa: Sá da Costa, 705-729.
- MONTEIRO, E. (1959). "Professor A. A. Mendes Corrêa". *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* (vol. de Homenagem ao Prof. Doutor Mendes Corrêa), Porto, 17 (1-4): 5-8.
- N/A (1931). "O XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica". *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, Porto, 5 (1): 5-35.
- PERES, D. (1938). *Portugal Ex Animum Portucalensium. Resposta ao artigo crítico Portugal Ex Nihili! do Prof. Mendes Corrêa*, Barcelos: edição do autor.
- PINTO, R. de Serpa (1929). *Bibliografia do Professor Mendes Corrêa (1909-1928)*. Porto: Instituto de Antropologia da Fac. de Ciências da Universidade do Porto.
- PINTO, R. de Serpa (1932). Notas Sobre a Indústria Microlítica do Cabeço da Amoreira (Muge). *Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Lisboa, 1932)*. Madrid. 5: 49-54.
- (1933/1934). "Sur la Taille du Silex à Muge (Portugal)". *10^e Congrès Préhistorique de France (Nîmes, 1931)*, Paris: Société Préhistorique Française, 219-222.
- Processo Individual, António Augusto Mendes Corrêa*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, Arquivo de Académicos.
- RIBEIRO, O. (1985). "Prefação" ao vol. IX de J. Leite de Vasconcellos. *Etnologia Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional, VII-XVI.
- (1988). "Prefação" ao vol. X de J. Leite de Vasconcellos. *Etnologia Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional, V-VII.
- (1996). "Evolução e Distribuição da População". *Geografia de Portugal. 3. O Povo Português*, 2.^a edição, Lisboa: Sá da Costa, 731-778.
- ROCHE, J. (1951). *L'Industrie Préhistorique du Cabeço d'Amoreira (Muge)*, Porto: Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.

- ROCHE, J. (1960). “Le Gisement Mésolithique de Moita do Sebastião (Muge-Portugal)”. *Archéologie*, Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- SANTOS, M. Farinha dos (1987). “Os Estudos de Pré-História e Arqueologia na Academia Portuguesa da História”. *Anais da Academia Portuguesa da História*, Lisboa, 313-332.
- SAVORY, H. N. (1969). *Espanha e Portugal*, Lisboa: Verbo (col. *História Mundi*, 14).
- SERRA, S. (2008). *Castelo de São Jorge. Núcleo museológico*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/DRCLVT/MC.
- SERRÃO, E. da Cunha (1959a). Cerâmica com Ornatos a Cores da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958)*, Lisboa: Inst. de Alta Cultura. 1: 337-359.
- (1959b). “Investigações Arqueológicas na Região de Sesimbra. Resultado das campanhas realizadas pelo Centro de Estudos de Etnologia Peninsular”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* (vol. de Homenagem ao Prof. Doutor Mendes Corrêa), Porto, 17 (1-4): 187-203.
- SERRÃO, E. da Cunha & VICENTE, E. Prescott (1958). “O Castro Eneolítico de Olelas. Primeiras escavações”. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Lisboa, 39: 87-125.
- TEIXEIRA, C. (1964). “Elogio Histórico de A. A. Mendes Corrêa”. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências*, Lisboa, 9 (separata).
- VASCONCELLOS, J. Leite de (1925). *Medicina dos Lusitanos*. Lisboa: Faculdade de Medicina de Lisboa.
- VALLOIS, H. (1930). Recherches Sur les Ossements Mésolithiques de Muge. *L’Anthropologie*, Paris, 40 (separata).
- VIANA, A. (1956). *Algumas Notas Sobre António Dias de Deus e Suas Pesquisas Arqueológicas no Concelho de Elvas*, Beja: edição do autor.
- VIANA, A. & DEUS, A. Dias de (1951). “Notas para el Estudio de la Edad del Hierro en el Concejo de Elvas (Portugal)”. *Crónica del VI Congreso Arqueológico del Sudete (Alcoy, 1950)*, Cartagena, 89-104.
- (1958). “Campos de Urnas do Concelho de Elvas. Paço Ducal de Vila Viçosa. Materiais da secção arqueológica”. *O Instituto*, Coimbra, 118 (separata).
- VILAÇA, R.; CRUZ, D. J. & GONÇALVES, A.A.H.B. (1999). “A necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça, Santarém)” *Conimbriga*, Coimbra, 38: 5-29.